



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MAYSA MILENA E SILVA ALMEIDA

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO MARANHÃO

SÃO LUÍS –MA
FEVEREIRO/2019

MAYSA MILENA E SILVA ALMEIDA

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação do Prof. Dr. Jadir Machado Lessa.

**SÃO LUÍS - MA
FEVEREIRO/2018**

MAYSA MILENA E SILVA ALMEIDA

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO MARANHÃO**

Aprovado em ____/____/____

Banca Avaliadora:

Prof. Dr. Jadir Machado Lessa

(Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Orientador)

Profa. Dra. Cristianne Almeida Carvalho

(Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Membro Interno)

Profa. Dra. Monalisa Pontes Xavier

(Universidade Federal do Piauí– UFPI, Membro Externo)

Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcantara

(Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Membro Interno)

Á meu avô, Ludimar Lourenço de Jesus e Silva (*In memoria*).

Á todos que me incentivaram a continuar persistindo, mesmo quando a caminhada estava árdua.

Á todos os psicólogos que, direta ou indiretamente, questionaram e trabalharam ativamente no firme propósito de aprimorar a formação profissional do psicólogo em suas diversas áreas.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, vou contar uma pequena história.

Em meados de 2009 surgiu em mim uma força avassaladora que apontava claramente em direção a Psicologia, e desde então quando me perguntavam qual curso iria fazer, eu soltava uma voz cheia de si e com orgulho estampado que dizia: quero ser psicóloga. Com o tempo, em minha pequena sala de ensino médio todos já me reconheciam como a psicóloga da turma. Escrevendo isso hoje me parece tão engraçado, pois nem mesmo vestibular para Psicologia já havia feito. Mas seguimos.

Quando enfim, chegou o ano de pleitear uma vaga nas universidades, acabei deixando a Psicologia de lado, por questões de cálculos. Sim, é isso mesmo que você leu. Ciências Exatas nunca foram meu forte, muito pelo contrário, sempre saia derrotada após um confronto direto. Talvez, por estas cansativas derrotas, naquele momento me pareceu mais fácil prestar vestibular para direito que para minha imensa alegria não haveria nenhum cálculo envolvido e assim foi feito.

Passei todo o ano de 2011 me dedicando dia após dia para passar em direito, o curioso disso tudo é que nunca gostei de direito, mas o medo de não passar em nenhum vestibular era mais forte e me vi mergulhada nesse caminho e a Psicologia ficando cada vez mais distante. Em um belo dia de janeiro de 2019, acordei, liguei meu computador e fiquei esperando o resultado da Universidade Estadual do Piauí (onde fiz vestibular de direito) em meio a internet lenta, o barulho da minha família, e as mensagens de amigos que estavam assim como eu esperando o resultado sair, recebi uma mensagem e nela aparecia uma foto do meu nome.

Naquele instante, a terra encolheu, os prantos de alegria e o alívio apareceram, vi minha mãe e meu pai pulando feito crianças, ao passo que minhas irmãs gritavam de alegria. Sim, eu havia passado no segundo vestibular de direito mais concorrido do Piauí, após um ano muito difícil para mim e para toda minha família.

Tudo isso aconteceu pela manhã, após o êxtase da notícia e de todas as ligações dos meus pais para parentes e amigos, voltamos a rotina. Meus pais foram trabalhar, minhas irmãs foram realizar suas atividades e eu permanecia sem acreditar naquele dia. Mais ou menos três horas depois desses acontecimentos, recebi uma ligação de uma amiga, perguntando o meu nome completo e então falei. Daí em diante o que aconteceu não sei bem ao certo, hoje tenho vagas lembranças, mas costumo acreditar que fiquei tão surpresa que entrei em estado de choque.

A ligação tinha a finalidade de me informar que havia passado no vestibular de Psicologia na Universidade Federal do Piauí. Me lembro que não conseguia pegar meu notebook, minhas mãos tremiam, assim como meu corpo, até que minha irmã chegou para me auxiliar e sim, depois de ter desistido momentaneamente da Psicologia, ela não desistiu de mim.

Depois desse dia grandioso, passamos uns dois meses comemorando. E em meio a críticas e julgamentos, decidi cursar Psicologia ao invés de Direito. Na verdade, não havia o que decidir, no instante que olhei meu nome na lista de aprovados da UFPI, já tinha a plena certeza do curso que iria me formar.

Então, as aulas começaram. A princípio tudo parecia maravilhoso e após uns meses percebi que a Psicologia não tinha nada a ver com aquilo que eu pensava. Quando leio essa frase sinto vontade de rir de mim mesma. Apesar de ser uma percepção difícil de acreditar, lembro que encarei com facilidade e me permiti a descobrir o que afinal a Psicologia estudava.

Com três semestres me vi totalmente desanimada com o curso, pois se a Psicologia fosse aquilo que estavam me apresentando nas aulas, eu me recusava a terminar a graduação isso por um motivo bem simples: não iria me formar e trabalhar com algo que não fazia sentido para mim. Mas, eis que surge uma luz no fim do túnel chamada Fenomenologia-Existencial ou melhor, o grupo de estudos LICLIFE (Laboratório da Clínica Fenomenológica-Existencial).

E assim, descobri imediatamente o que queria estudar na Psicologia, desde então minha relação com o curso mudou completamente. Esta dissertação é fruto das minhas inquietações ainda como graduanda em Psicologia. Esta dissertação, é fruto de uma jovem estudante, quando em seu décimo período decidiu ingressar em um mestrado e levar seus questionamentos, dos quais foram incompreendidos por alguns professores na graduação.

Cheguei na pós-graduação crua, sem muito embasamento teórico, sem conhecidos na Universidade Federal do Maranhão, sem um lugar fixo para morar, sem muito dinheiro. Mas com o coração cheio de alegria e esperança. Com uma rotina pesada, sem lazer e muitos outros problemas a pós-graduação foi se tornando meu pior pesadelo e foi assim por muitos meses. Não vou me adentrar nessa questão, mas assim como na graduação, na pós-graduação ainda de forma mais massacradora, falta afetividade e empatia.

Contei esses pequenos fragmentos da minha vida, para dizer que mesmo quando você se acha perdido e sem esperança, você tem inúmeras possibilidades de mudar essa situação e

semear novos frutos. Mesmo quando você se distancia de tudo que sonhou, ainda há a possibilidade de seguir a diante. Mesmo quando, nada, nada dá certo e você só tem o dinheiro da passagem de ônibus ainda assim você tem chances de conquistar tudo que deseja. E como faz para sentir isso? Aprendendo a nunca se desvalorizar, a nunca se desqualificar perante o outro, nunca se diminuir, nunca pensar que você não é capaz, nunca pensar que você não tem possibilidades. Quando estiver vivendo uma dessas situações, lembre-se: as possibilidades são muitas.

Apesar de tudo que aconteceu, em nenhum momento pensei em abandonar o mestrado. Aos poucos fui catando meus cacos e ressignificando os acontecimentos. Então, para mim esta pesquisa vai muito além do que um título. Essa pesquisa, antes de tudo é uma vitória pessoal, são as flores de uma árvore que por muitas vezes foi desacreditada pelas árvores semelhantes e por vezes por ela mesma. E como toda árvore precisa de alguém para regar, eis aqui meus mais sinceros agradecimentos a cada pessoa que me deu amor, apoio, força, motivação, empatia, dinheiro para continuar a seguir meu sonho.

Agradeço em especial, a meus pais, Marly e Pedro Afonso, por não medirem esforços para me proporcionar uma educação de qualidade, pelo amor depositado em mim, por sempre acreditarem no meu potencial, pelo incentivo emocional e financeiro. As minhas irmãs, Mayra e Marina, pelo amor e companheirismo. Mayra, agradeço por ter assumido minhas responsabilidades em casa e a Marina por ter assumidos as responsabilidades que anteriormente eram da Mayra.

Não posso deixar de agradecer a tia Nazaré e sua família, por me receberem como filha. Agradeço também a todos os membros da minha família, pelo carinho e incentivo. De modo, especial ao meu avô Ludimar Lourenço (*in memoria*), pelo exemplo de ser humano, por sua luta, bondade e amor. Sua presença vive em mim.

Agradeço ao meu noivo Idelvan, por sempre me encorajar na luta pela realização de meus sonhos e por me ajudar a levantar quando foi necessário. Lembre-se, essa conquista também é sua. Agradeço, a todos meus amigos, pelo carinho e incentivo. Agradeço ao meu orientador Jadir Lessa, por me receber de braços abertos, pelo constante encorajamento, por tornar minha caminhada como mestranda mais leve e sorridente.

Por fim, agradeço a Deus, que na minha visão é uma experiência de amor suprema. Por diversas vezes senti esse amor, graças a ele estou aqui.

RESUMO

A ideia da presente dissertação surgiu de profundas inquietações despertadas, na autora, no percurso acadêmico de sua formação profissional no curso de Psicologia. Sua elaboração decorre das reflexões que foram processadas nesse período. A dissertação teve como propósito pesquisar a história da Psicologia no Brasil, com ênfase nas contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia no Maranhão, utilizando como orientação metodológica a pesquisa documental. Para desenvolver propriamente esse tema, é necessário destacar alguns elementos que atravessaram o processo histórico da implantação da Psicologia no país: a identificação das primeiras ideias psicológicas introduzidas em nosso contexto cultural e seu respectivo percurso histórico de formação profissional do psicólogo, até 2018, que foi destacado pelo Conselho Federal de Psicologia como o Ano de Formação em Psicologia. Para pesquisar o registro histórico da formação do psicólogo, no Brasil e no Maranhão, trabalhamos com documentos oficiais, como a Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, que estabelece o exercício profissional do psicólogo e o Currículo Mínimo para sua formação, as Diretrizes Curriculares e, especialmente, as Grades Curriculares dos cursos de Psicologia no Maranhão. Por fim, apresentamos as contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos seguintes aspectos: essência humana, afetividade, a questão da técnica e o método compreensivo de Wilhelm Dilthey. Esses pontos contribuem para formação profissional do psicólogo trazendo uma base metodológica compreensiva e descritiva, que mais se adéquam às pesquisas realizadas na área das Ciências Humanas que, até então, eram obrigadas a descaracterizar os fenômenos humanos, reduzindo-os a meros fenômenos naturais, em clara subordinação às Ciências Exatas e Naturais.

Palavras-chave: Formação Profissional do Psicólogo. Fenomenologia-Existencial. Grade Curricular.

ABSTRACT

The idea of the present dissertation arose from deep concerns aroused, in the author, in the academic course of his professional formation in the Psychology course. Its elaboration stems from the reflections that were processed during this period. The purpose of this dissertation was to study the history of Psychology in Brazil, with emphasis on the contributions of Phenomenological-Existential thinking in the courses of Psychology in Maranhão, using methodological guidance as documentary research. In order to properly develop this theme, it is necessary to highlight some elements that have crossed the historical process of the implantation of Psychology in the country: the identification of the first psychological ideas introduced in our cultural context and its respective historical path of professional formation of the psychologist, until 2018, highlighted by the Federal Council of Psychology as the Year of Training in Psychology. In order to research the historical record of the psychologist's training in Brazil and Maranhão, we work with official documents, such as Law 4,199 of August 27, 1962, which establishes the professional practice of the psychologist and the Minimum Curriculum for its formation, Curricular Guidelines and especially the Curricular Grades of Psychology courses in Maranhão. Finally, we present the contributions of Phenomenological-Existential thinking in the following aspects: human essence, affectivity, the question of technique and the comprehensive method of Wilhelm Dilthey. These points contribute to the professional formation of the psychologist by providing a comprehensive and descriptive methodological basis, which is more in line with the research carried out in the field of Human Sciences, which until then were obliged to characterize human phenomena, reducing them to mere natural phenomena, in clear subordination to Exact and Natural Sciences.

Keywords: Vocational Training of the Psychologist. Phenomenology-Existential. Curricular Grade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 JUSTIFICATIVA	14
3 OBJETIVOS	17
3.1 OBJETIVO GERAL	17
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
CAPÍTULO I	18
4 PSICOLOGIA NO BRASIL: ASPECTOS INICIAIS	18
4.1 A Psicologia no Brasil Colônia	18
4.2 A Psicologia nas Faculdades de Medicina	22
4.3 Surgimento dos primeiros laboratórios de Psicologia.....	26
4.4 Desenvolvimento da Psicologia nas Escolas Normais	29
4.5 A entrada da Psicologia no Ensino Superior	30
CAPÍTULO II	32
5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	32
5.1 Primeiros projetos de lei para Formação Profissional.....	32
5.2 Regulamentação da Profissão e Formação.....	36
5.3 Currículo Mínimo.....	38
5.4 Psicologia nas décadas de 1970 e 1980.....	40
5.5 Diretrizes Nacionais Curriculares	41
CAPÍTULO III	45
6 MOVIMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL	45
CAPÍTULO IV	58
7 PERCURSO METODOLÓGICO	58
7.1 Aspectos Históricos da Psicologia no Maranhão	59
7.2 Pesquisando a presença da Psicologia Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia no Maranhão.....	63
7.3 Análise das grades curriculares	65
CAPÍTULO V	66
8 CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO MARANHÃO	66
8.1 Essência Humana	66
8.2 Afetividade.....	68
8.3 A Questão da Técnica	71

8.4 Método Compreensivo de Wilhelm Dilthey.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

“Efemero: de pouca duração; passageiro”

Dicionário Larousse Ática

Lembro que, desde tenra idade, senti-me impactada diante da efemeridade de certos fenômenos próprios da existência. Inquietava-me constatar que certos momentos da vida mostravam-se fugazes e passageiros. Compreendo agora que, desde aquela época já intuía a inevitabilidade da impermanência. Hoje, lendo Heidegger, percebo que experimentava, de modo ingênuo e inocente, que o ser estaria para sempre condenado às transformações impostas pelo tempo.

Assim, essa compreensão de impermanência de todos os acontecimentos permanece presente até hoje, no modo como me habituei a filtrar as experiências da vida. Pois, apesar de ouvir com muita frequência o conhecido refrão, inspirado em Parmênides de que “o que é, é. O que não é, não é, e não pode ser”, isso nunca abalou meu modo de compreender minha pessoa e todas as demais, pois nunca me deixei convencer por tal determinismo.

Durante muito tempo me questioneei quando teria surgido esse modo de compreender a vida. Aos poucos, esse pensamento foi se tornando algo maior do que outrora imaginava. E eu seguia, tentando entender esse modo de perceber tudo aquilo que, aos olhos dos outros, parecia não apenas diferente, mas errado ou torto. Até que um dia, em uma aula de Língua Portuguesa, no segundo ano do Ensino Médio, uma nuvem nublada, sempre presente em minha mente embaralhando minha experimentação do real, foi se dissipando. Naquela aula, trabalhamos, destacado de um texto de Clarisse Lispector, justamente a palavra efêmero.

De início, senti forte interesse pelo som dessa intrigante palavra. Soava como algo novo, pois nunca tinha ouvido tal pronúncia. Quando a professora começou a explicar seu significado, senti como se estivesse vendo estrelas luminosas, pertinho, bem diante de mim. De imediato fui inundada por uma sensação de êxtase: - “Nossa! Existe uma palavra que diz exatamente o que eu sinto e penso”. Agora escrevendo esse texto, relembro um episódio marcante em minha vida. E me deleito ao lembrar aquela sensação de êxtase e completude, proporcionada pela compreensão intelectual de uma experiência intuitiva de uma vida inteira.

Passados alguns anos, iniciei o curso de Psicologia. Cheguei com grande entusiasmo, com a alegre ilusão de que já sabia o caminho que deveria seguir. Contudo, logo nos

primeiros períodos, fui atingida por uma onda de positivismo, que despertou em mim profunda insatisfação. Após vários semestres me sentia frustrada e incompreendida. Em quase todas as disciplinas, meus professores, de um modo ou de outro, repetiam as mesmas palavras inspiradas em Parmênides e que tanto me causaram desconforto. Mas hoje eu sei, com muita convicção, que, por mais que as palavras fossem outras, o sentido e o significado reproduziam aquele mesmo pensamento de Parmênides: “o que é, é. O que não é, não é, e não pode ser”.

A maioria dos meus professores reafirmavam a mesma e antiga definição platônica da essência do homem: “essência é tudo aquilo que tem presença constante” e que se difere de tudo aquilo que é acidental, aquilo que se transforma e que se modifica, sem que a essência se altere. A grande questão que me faz pensar esse tema da essência humana, atravessada por profundo sentimento de indignação, é constatar a grave contradição performática que praticamente anula qualquer possibilidade de aplicação prática da Psicologia: como o psicólogo pode pensar na própria ideia de psicoterapia ou experimentar os mais elevados ideais de ajudar a transformar o homem no sentido de torná-lo melhor, se a ideia de essência humana utilizada pela Psicologia até hoje obedece aos conceitos positivistas das Ciências Naturais, que reafirmam implacavelmente a ideia platônica de que essência é tudo aquilo que tem presença constante?

Aquilo que mais me deixava insatisfeita era me defrontar com uma imagem positivista do ser humano nas mais diversas disciplinas. Tal concepção não me ajudava a compreender as pessoas com as quais eu convivia, pois, minha vida e a dos meus amigos pareciam pautadas, continuamente, pela descontinuidade. A contradição se mostrava evidente: enquanto na teoria o homem parecia definido e determinado, na vida prática, eu me sentia cada vez mais indefinida e indeterminada.

Ao iniciar o Estágio Profissional em Psicologia Clínica, tudo se complicou mais ainda. Dentro de mim, esse paradoxo da Psicologia causava mais confusão e ansiedade. E as perguntas que permaneciam sem resposta eram sempre as mesmas: porque será que minha experiência pessoal parece incompatível com as teorias estudadas? Será a própria Psicologia incompatível com a vida concreta e mundana? Se um dos dois está errado, será a vida ou a Psicologia? A confusão e a desesperança tomaram conta de mim, pensei até em apostar na errância da vida como melhor caminho para compreender a mim mesma e aos outros.

Apesar da onda positivista, em nenhum momento me rendi à tentativa de imposição desse modelo. Não suportava a ideia de ter que me ajustar às teorias naturalistas que predominavam nas disciplinas teóricas. A lucidez que habitava em mim me fazia ver, embora

não muito claramente, que, até então, a Psicologia apresentada por alguns mestres não conseguia dar conta de tudo aquilo que eu sou.

Foi exatamente no momento de maior angústia, provocada por esses questionamentos, que comecei a pensar seriamente sobre a formação profissional do psicólogo através da Psicologia Fenomenológico-Existencial com o firme propósito de colaborar com propostas de reformulação do modelo atual de ensino. Principalmente por entender que o modelo atual de formação do psicólogo no Brasil e conseqüentemente no Maranhão preserva em sua estrutura os mesmos princípios fundamentais que motivaram o pleito de promover a Psicologia à categoria de ciência: o mesmo modelo teórico-explicativo que vigora nas Ciências Naturais e que foi severamente combatido em sua tentativa de implantação como modelo oficial das Ciências Humanas, apesar das denúncias de Husserl e Dilthey, desde meados do século XIX.

Com o passar do tempo encontrei no pensamento Fenomenológico-Existencial um refúgio, um modo vigoroso de compreender o homem que me ajuda a compreender a vida com sua errância, com seus descaminhos, revelando o sentido verdadeiramente humano da descontinuidade da existência e deixando evidente o erro de Aristóteles: o homem decididamente não é um animal racional. Encontrei abrigo principalmente na obra de Martin Heidegger, autor que compreende, como poucos, a indefinição e a indeterminação da existência humana.

Desse modo, a ideia da presente pesquisa surgiu das profundas inquietações despertadas no percurso acadêmico de minha formação de Psicóloga. E sua elaboração decorre como resultado processual das reflexões que foram processadas nesse percurso. Assim, a dissertação teve como propósito pesquisar a história da Psicologia no Brasil com ênfase nas contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia no Maranhão.

Refletir o processo de formação profissional do psicólogo é uma proposta atual, visto que essa discussão promove um diálogo entre estudantes e profissionais, além de propor novos horizontes para a profissão. Compreendendo a relevância do tema, o Conselho Federal de Psicologia elegeu 2018 como o ano de repensar a formação do (a) psicólogo (a), uma alternativa para revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.

Essa dissertação se inicia com um breve histórico dos primórdios da Psicologia no Brasil, abordando temas como: as ideias psicológicas utilizadas pelos jesuítas e estudiosos da época; o emprego da Psicologia nas Faculdades de Medicina; a utilização da Psicologia na

educação através das Escolas Normais e, por fim, o ingresso da Psicologia no Ensino Superior.

O segundo capítulo se dedica a fazer um breve panorama sobre a formação profissional do psicólogo abordando os primeiros projetos de Lei acerca da regulamentação da Psicologia. Em seguida explana o momento de regulamentação da profissão e da formação em Psicologia, passando pela discussão acerca do Currículo Mínimo e sobre a Psicologia nas décadas de 1970 e 1980, momento divisor de águas para a Psicologia brasileira, bem como, a implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares.

O terceiro capítulo discorre acerca do surgimento do movimento Fenomenológico-Existencial, seus principais autores, sua influência na Psicologia, além de esclarecer algumas dúvidas sobre as diversas abordagens que utilizam essa nomenclatura.

No quarto capítulo destacamos o cenário de Leis, diretrizes e a formulação das grades curriculares que marcaram a regulamentação dos cursos de Psicologia no Brasil. Esse conjunto de documentos mostrou-se de importância fundamental na fundamentação desse trabalho, o que justifica a escolha da pesquisa documental como orientação metodológica. Desse modo, para pesquisar o registro histórico da formação de psicólogos no Brasil trabalhamos com documentos oficiais, como a Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, o Currículo Mínimo, Diretrizes Curriculares e especialmente com as Grades Curriculares dos cursos de Psicologia no Maranhão.

No quinto capítulo apresentamos as contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial para a formação profissional do psicólogo no Brasil e no Maranhão. Dentre as várias contribuições destacamos: a essência humana, a afetividade, a questão da técnica e o método Compreensivo de Wilhelm Dilthey.

Esses pontos contribuem para formação profissional do psicólogo trazendo uma base metodológica compreensiva e descritiva, que mais se adéquam às pesquisas realizadas na área das Ciências Humanas que, até então, eram obrigadas a descaracterizar os fenômenos humanos, reduzindo-os a meros fenômenos naturais, em clara subordinação às Ciências Exatas e Naturais.

2 JUSTIFICATIVA

Apesar de ser um tema recorrente, ainda há a necessidade de se discutir, com afinco, a formação profissional do psicólogo, uma reflexão imprescindível no cenário atual. De tal modo, que o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) elegeram 2018 como o Ano de Formação em Psicologia, com o intuito de repensar as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Psicologia.

No ano de 2018, comemoram-se os cinquenta e seis anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. Contudo, a formação profissional do psicólogo brasileiro desperta acalorados debates e reflexões desde antes da regulamentação da profissão. Inicialmente, acerca de questões conceituais, técnicas, ideológicas, religiosas e políticas, que após anos de discussão culminaram na regulamentação da profissão de psicólogo, promovida pela Lei Federal 4.119, de 27 de agosto de 1962. Desde então, os psicólogos passaram a produzir conhecimento específico sobre sua profissão.

Yamamoto et al. (2010) enfatizam que, ao longo dos anos de regulamentação da profissão de psicólogo, houve muitos debates e pesquisas sobre sua prática e formação, tendo como objetivo potencializar a Psicologia brasileira e sua prática profissional. É com esse intuito que surge o Boletim de Psicologia, periódico editado pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, que dedica ao tema um número especial intitulado “A situação atual da Psicologia no Brasil”, publicado em julho de 1963, em Campinas, no estado de São Paulo. Nesse número, alguns artigos se destacam, a saber: A formação acadêmica do profissional de Psicologia (ANGELIN; MARIA, 1964-1965; BENKO, 1964-1965), a situação da profissão (AZZI, 2010) e o código de ética profissional (LEITE, 1964-1965), dentre outros, já são objetos de investigação. (YAMAMOTO; SEIXAS, 2010)

Referências como essas, indicam a preocupação, desde cedo, com as características e os caminhos que a nova profissão iria tomar. Batomé (2010) aponta que os estudos sobre a profissão de psicólogo eram realizados com diferentes participantes seguindo diferentes metodologias que foram veiculados nos mais diversos canais de publicação científica, como livros, anais de eventos, periódicos especializados e publicações de órgãos profissionais. Tudo isso fortalecia e ampliava essa discussão.

Como aponta Yamamoto (2010) a Psicologia se caracteriza como uma das profissões que mais pesquisa o conteúdo e os rumos de sua formação profissional no Brasil. Há um

número expressivo de estudos de natureza diversa, sob diferentes ângulos de análise, focalizações temáticas e abrangência geográfica, produzida por pesquisadores da área ao longo destes anos.

Uma pesquisa realizada nos anos de 2008 e 2009, intitulada “Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil” apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) recolheu dados impressionantes sobre a produção de conhecimento acerca da profissão e resultou em um conjunto de 908 documentos, dos quais 376 artigos foram publicados em periódicos científicos; 46 são livros; 411 constituem trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias); 31 são artigos de divulgação científica; além de outros 44 documentos, não especificados.

O que nos chama atenção em torno desse tema é a importância que os pesquisadores atribuem para o estudo da Psicologia no Brasil, fazendo menção constante à formação profissional do psicólogo. Como a presente dissertação se propôs a pesquisar a história da Psicologia no Brasil, com ênfase nas contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia no Maranhão, parece importante mencionar diversos dados históricos desde, o primeiro curso de Psicologia realizado no país.

De acordo com Jacó-Vilela (1999), o primeiro curso de Psicologia no Brasil, com duração de quatro anos, foi dividido em três eixos centrais: I – Psicologia Geral (aspectos da Biologia, Anatomia, Fisiologia, Física, Química, Propedêutica Filosófica e Lógica); II - Psicologia Diferencial e Coletiva (além de continuidade de temas das ciências biológicas e naturais, introdução às ciências sociais - Antropologia, Sociologia, Economia Política, História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Teoria das Ciências Naturais); III - Psicologia Aplicada à Educação: (Psicologia Aplicada e cursos monográficos de especialidades psicológicas e ciências afins - Psicologia da Criança, História da Psicologia, Ética e Estética.)

Surpreendentemente, após sete meses de exercício, o Instituto de Psicologia encerrou prematuramente suas atividades, como apontam os estudos de Centofani (1982) e Jacó-Vilela (1999), e os motivos relatados foram problemas financeiros, questões corporativas e religiosas. Apesar do curto período de atuação desse Instituto, resgatamos registros do modo como o curso foi estruturado. A formulação do curso e de suas disciplinas indica que, já nesse primeiro curso, estava presente um modelo híbrido de concepção da Psicologia, caracterizado por mesclar os modelos epistemológicos das Ciências Humanas e das Ciências Naturais.

Em cinquenta e seis anos de exercício profissional e de formação acadêmica regulamentada, a Psicologia passou por duas grandes reformas curriculares. A primeira,

aprovada em 19/12/1962, que estabeleceu, além do Currículo Mínimo, a duração do curso de Psicologia em quatro anos. Posteriormente, surgiram as Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC), aprovadas em 2004, revisada e reeditada em 2011. No próximo capítulo trataremos essa questão com afinco.

Sabemos que, antes do estabelecimento de resoluções como essas, existiram os profissionais que pensaram e apresentaram essas propostas, e que possuíam sua própria orientação teórica e metodológica. Desse modo, parece-nos que o modelo epistemológico das Ciências Naturais ainda predomina nesse cenário, uma vez que a maioria dos professores de Psicologia se orientam pelo viés positivista, mesmo contendo variadas perspectivas teóricas em seu projeto pedagógico.

Na sequência, deparamo-nos com as seguintes questões: que visões de homem e de mundo estão implicadas na fundamentação teórica dos cursos de Psicologia no Maranhão? A perspectiva Fenomenológico-Existencial estaria contemplada nas grades curriculares desses cursos? Lessa (2011) lembra-nos que os diversos movimentos da Psicologia contemporânea possuem uma íntima relação com as concepções intrínsecas à filosofia moderna, como a subjetividade cartesiana, a subjetividade kantiana e o hegelianismo. E tais referências acabaram refletindo nas grades curriculares dos cursos de Psicologia.

Nas Filosofias da Subjetividade, há uma dicotomia entre sujeito e objeto, pressupondo que o homem é previamente dotado de uma essência. Como aponta Feijoo (2010), este modo de pensar sobre o homem acabou por influenciar e determinar o modo como a Psicologia se estabeleceu.

Para a construção da presente pesquisa utilizamos, principalmente, os estudos de Martin Heidegger, que compreende o homem como sendo dotado de um caráter de indeterminação da existência. Na compreensão de Heidegger, essência e existência não estão separadas: o homem, por ser dotado do caráter de poder ser, essencializa-se enquanto existe, ou seja, o ser nunca é, está sempre na condição de poder ser, de vir a ser.

Necessitamos repensar o cenário, onde muitos psicólogos estão concluindo seu curso sem fazer a devida avaliação crítica de seu processo de formação. Precisamos avaliar o modo recebem e aceitam tudo aquilo que lhe é imposto pelas formalidades do curso e pela intervenção de seus professores. Acreditamos que este tipo de formação sem reflexão crítica não contribui em nada para a formação de qualquer profissional, principalmente do psicólogo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Pesquisar a história da Psicologia no Brasil, com ênfase nas contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia no Maranhão.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o processo de institucionalização da Psicologia no Brasil desde suas ideias iniciais.
- Pesquisar a história do movimento Fenomenológico-Existencial.
- Apresentar contribuições do pensamento fenomenológico-existencial para a formação profissional do psicólogo.

CAPÍTULO I

4 PSICOLOGIA NO BRASIL: ASPECTOS INICIAIS

Para desenvolver propriamente a discussão sobre a formação profissional do psicólogo no Brasil, convém destacar alguns elementos que atravessam o processo histórico da implantação da Psicologia no país. Inicialmente, chamamos a atenção para as práticas ditas psicológicas, desenvolvidas no período de colonização portuguesa, que teve início em 1500. Em seguida abordamos o caráter introdutório da Psicologia científica no Brasil. Seguindo a sequência histórica, nos dedicamos a compreender o processo de ingresso da Psicologia como disciplina no Ensino Superior, identificando os cursos em que a Psicologia foi incluída de modo complementar. Após descrever esse processo introdutório no mundo acadêmico, registramos o surgimento dos primeiros laboratórios de Psicologia no Brasil.

Acreditamos que essa reflexão histórica demonstra ser essencial para a pesquisa, uma vez que, a formação em Psicologia que temos hoje reflete o contexto em que essa ciência foi se consolidando no país.

4.1 A Psicologia no Brasil Colônia

Em 1500 o Brasil ingressou no contexto histórico europeu na condição de colônia portuguesa. Desde a chegada dos colonizadores, seu principal objetivo era a apropriação e a exploração dos recursos naturais que aqui encontraram. Como nos lembra o Conselho Federal de Psicologia (2013) a colonização portuguesa baseava-se na espoliação das riquezas brasileiras, no monopólio da metrópole e no trabalho escravo com caráter repressivo.

De acordo com Antunes (2014), por um lado a metrópole exigia um forte caráter repressivo, quer seja pelo controle de revoltas internas, ou por defesa do território até então conquistado, no sentido de evitar possíveis invasões de outros países europeus. Por outro lado, investia na difusão ideológica, visando impor e sustentar ideologias que justificavam e legitimavam a exploração da colônia. Como o Brasil naquela época não possuía instituições, vindo a tê-las somente a partir do século XVIII, a Companhia de Jesus teve como objetivo principal introduzir o aparato ideológico europeu, atuando principalmente, na catequização dos índios e na educação dos filhos dos colonos.

Massimi (2001) ressalta que a Companhia de Jesus, caracterizava-se como uma ordem religiosa, fundada por Inácio de Loyola, que tinha como objetivo realizar uma síntese do legado cristão medieval e do novo espírito renascentista, traduzindo-os em um método de formação do homem, que se iniciava na infância e perdurava até a vida adulta. A Companhia de Jesus, atuou no Brasil ao longo de dois séculos. Nesse período estabeleceu uma forte presença cultural e social. Nesse contexto, os jesuítas foram responsáveis pela criação e desenvolvimento da primeira rede de ensino no Brasil, dedicando-se ao processo educacional de imposição da cultura europeia aos nativos.

Massimi (2006) também ressalta que enquanto o Estado português se dedicava a posse das terras brasileiras, através das capitanias hereditárias, os jesuítas foram enviados ao Brasil, com a função de disseminar a cultura europeia, seus valores ideológicos e religiosos. Aparecida e Antunes (2014) corroboram com esse entendimento, caracterizando o período colonial no Brasil, como estratégia de expansão comercial e cultural europeia.

Como podemos observar, a colonização portuguesa no Brasil apresentava objetivos bem delimitados, quer sejam econômicos, culturais e/ou sociais. Colocando em questão os dois últimos aspectos, os portugueses colheram bons resultados, principalmente, através da atuação da Companhia de Jesus. Com a chegada da companhia, os jesuítas iniciaram o processo de aculturação dos povos indígenas, utilizando como princípio básico a catequese.

Pessotti (1988) compreende esse período como o início da veiculação de ideias relevantes para a Psicologia. O autor destaca que, naquela época, não havia o menor interesse de desenvolver uma Psicologia ou ainda problematizar psicologicamente algum problema. Mas, sim a aplicação prática dos conhecimentos psicológicos voltados para as questões sociais e culturais, visando especificamente a educação dos filhos dos colonos e a domesticação indígena.

Segundo Massimi (2001) não existia uma Psicologia científica na época, mas ideias psicológicas, ou seja, um conhecimento psicológico incipiente, que a autora dividiu em dois aspectos. O primeiro vinculado ao conhecimento de si e aos métodos apropriados para alcançá-lo. O conhecimento de si e do outro, possui vital importância, pois tem em si a promessa de modificar e controlar o comportamento do outro, utilizando os critérios morais como referência para as eventuais mudanças. O segundo aspecto, diz respeito ao domínio das emoções humanas, tema bastante presente no estudo religioso, moral e médico.

A apropriação dos corpos e da alma dos povos indígenas era uma questão primordial para os colonizadores portugueses. Assim, a palavra tornou-se o principal instrumento de

disseminação da cultura e da religião europeia. Foi justamente aí que surgiram as primeiras ideias psicológicas no Brasil colônia. Pessotti (1988) e Massimi (2005) mencionam que a divulgação dessas ideias ocorria através de políticos, filósofos, educadores, moralistas e principalmente, religiosos.

Essas ideias psicológicas se faziam presentes em obras de Teologia, Filosofia moral, Medicina, Política e Pedagogia que apresentavam temas relacionados a “emoções, sentidos, autoconhecimento, educação, personalidade, controle do comportamento, aprendizagem, influência paterna, educação feminina, trabalho, adaptação ao meio, processos psicológicos, práticas médicas, controle político, diferenças raciais e étnicas e persuasão de selvagens”. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013)

Além desses temas, Pessotti (1988) chama atenção para outras questões abordadas como: as possíveis causas da loucura, as diferenças de comportamento entre sexos e raças, o controle político, a formação da juventude, as condições de possibilidade da produção de conhecimento. Esses temas refletem o pensamento da elite cultural do Brasil Colônia. Como podemos perceber, tais questões estão relacionadas com as áreas da Psicologia que estudamos atualmente.

Nesse aspecto, é interessante ressaltar a importância da linguagem, particularmente utilizada na pregação religiosa ao longo do processo educativo do Brasil colonial. A pregação atuava nesse período inicial, como carro-chefe do processo de colonização das terras e difusão do pensamento católico. Dessa forma, “a palavra é instrumento mais contundente na conversão das almas do que o texto escrito” (MASSIMI, 2005). Em outras palavras, os jesuítas foram incumbidos de educar os índios e filhos de colonos, por meio da catequese, utilizando discursos persuasivos.

Segundo Antunes (2014) a educação através da catequese é vista como uma Pedagogia repressiva, tendo como base punições visando diretamente a disciplina e o controle, características da Psicologia moral daquela época. Desse modo, os estudos de Massimi (1997, 1990, 2004 e 2005) apontam os jesuítas como desenvolvedores de conhecimento, tornando-os protagonistas da educação colonial.

Como menciona Antunes (2014) das muitas atividades educacionais desenvolvidas pelos jesuítas no Brasil, a mais conhecida foi o Ratio Studiorum, que tinham como base educar os filhos dos colonos portugueses. Essa atividade tinha dois principais objetivos, a saber: orientação para a continuação dos estudos dos filhos dos colonos na metrópole e catequese para os filhos dos nativos.

Como o processo educativo necessita de livros e textos para a disseminação das ideias, começaram a surgir algumas obras próprias de padres e intelectuais que residiam no Brasil. Pessotti (1988) aponta que os Sermões do Padre Antonio Vieira, escritos a partir de 1634, tiveram maior destaque na educação da época. Surgiram ainda obras pedagógicas, um exemplo é o livro *A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, escrita em 1665 pelo jesuíta Alexandre de Gusmão e *A nova escola para aprender a ler, escrever e contar* de 1772, escrita por Manuel de Andrade Figueiredo.

Além de obras pedagógicas surgiram também, textos que abordavam questões de organização social, um deles foi intitulado de *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do império do Brasil*, escrito por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1823, ainda nessa linha de pensamento temos *Cartas Política*, de Miguel Calmon Du Pin e Almeida de 1825, esta obra propunha um conjunto de medidas que englobava reformas sociais, políticas e jurídicas.

Pessotti (1988) observa que a maioria das obras apresentavam elementos em comum, como a presença dos modelos ideológicos europeus, o moralismo cristão com fins de civilização, aspectos da pedagogia repressiva, a psicologia voltada para as questões morais e o naturalismo com ênfase nas influências do ambiente.

Em linhas gerais, Massimi (1984) aponta que a Psicologia do período colonial, tinha como principal objetivo a organização social, econômica e religiosa do estado brasileiro. Devido a esses objetivos, as principais obras da época estavam interessadas nos processos educativos e civilizatórios dos índios pela catequese. Destacando esses temas, os autores evidenciaram a ênfase na instrução moral de índios, crianças e jovens, bem como, na sua instrução acadêmica.

Logo, podemos perceber que os jesuítas foram responsáveis pela propagação das primeiras ideias psicológicas no Brasil, apresentando uma Psicologia voltada para questões educacionais, morais e de organização social. Esses modelos de conduta propagados pelos ideais europeus, interferem na cultura dos povos indígenas, de modo a alterar profundamente seu estilo de vida.

A partir disso, podemos compreender a Psicologia no Brasil colônia através das ideias psicológicas desenvolvidas, principalmente pelos jesuítas, com objetivos de cristianização e controle social. Os jesuítas utilizavam um modo específico de conhecimento da subjetividade e do comportamento humano focado na implementação de práticas de correção espiritual e exame de consciência. Tais práticas, posteriormente foram denominadas, no meio científico,

de psicoterapia. Desse modo, a atuação dos jesuítas, por meio de ideias psicológicas, é vista como abertura para o desenvolvimento da Psicologia científica no Brasil.

O Brasil colonial, segundo Jacó Vilela (2012) foi um período estável e perene para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil. Nessa época, ocorreram algumas revoltas, como a da Inconfidência Mineira, mas esses acontecimentos não se refletiram nos saberes psicológicos desenvolvidos na época. No século XVIII, com a proposta Iluminista, começam a surgir novos caminhos. No início do século XIX, três acontecimentos mudam, completamente, os rumos do país: a declaração de Independência do Brasil (1822), a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889). Esses acontecimentos são acompanhados por intenso prestígio do conhecimento científico, abrindo espaço, principalmente, para a figura do médico.

4.2 A Psicologia nas Faculdades de Medicina

Seguindo a linha histórica, temos a transferência da corte portuguesa para o Brasil em (1808). Essa mudança desencadeou uma série de transformações econômicas e sociais no país. Dentre elas, podemos citar o incentivo às ciências e às artes. O Conselho Federal de Psicologia (2013) ressalta, a criação de instituições voltadas a vida cultural e a administração pública, como Academias, Bibliotecas, Escolas Normais e Faculdades de Medicina e Direito.

Nesse cenário, Jacó Vilela (2012) menciona a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, a Escola Anatômica, Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro. Ambas posteriormente sofrem significativas mudanças curriculares e, em 1833, passam a ser chamadas de Faculdades de Medicina, tendo como prerrogativa a defesa de teses para a obtenção do título de doutor em Medicina.

Com a Independência do Brasil, em 1822, o país saiu da condição de Colônia para a instauração do Império, marcando o início de uma nova fase brasileira. Antunes (2014) trazem importantes apontamentos acerca dessa transição. Um deles gira em torno da formação do cidadão brasileiro, com um caráter administrativo, visando a educação e o ensino. Massimi (2008) lembra que a formação do cidadão, estava diretamente ligada a finalidade de tornar o Brasil uma espécie de laboratório experimental, com o intuito de analisar a hipótese de formação do homem e do cidadão moderno, proposta pelas teorias europeias.

A partir dessas questões, podemos compreender o contexto no qual essas medidas foram levantadas, pois o estado almejava a criação do cidadão brasileiro tomando como

referência o modelo europeu, pautado nas ideias iluministas e positivismo. Nessa perspectiva, os saberes psicológicos demonstraram-se essenciais para favorecer a adaptação dos indivíduos a essa nova organização social que estava em formação.

O Conselho Federal de Psicologia (2013) aponta que no século XIX, foram produzidos os primeiros saberes da Psicologia científica no Brasil, elaborados, principalmente, no interior das Faculdades de Medicina e de Educação. Na primeira, devido às teses de doutorado e nas práticas dos hospícios. Na segunda, através das Escolas Normais. Destacaremos, a princípio, às contribuições da Medicina para o desenvolvimento da Psicologia Brasileira.

Soares (2010) assinala que os primeiros trabalhos para a implantação da Psicologia científica no Brasil, foram realizadas por médicos, especialmente em seus trabalhos de conclusão de curso. Os estados da Bahia e do Rio de Janeiro se destacaram nesse cenário, uma vez que estudantes e profissionais de Medicina dedicavam-se, com frequência, ao estudo da Psicologia, e daí surgiram importantes pesquisas acerca do homem e da cultura.

Jacó Vilela (2012), lembra que no Brasil em meados do século XIX deu-se uma transição no modelo de produção do conhecimento, deslocando-se do domínio religioso para o domínio da ciência. Nessa época, o médico passou a ser visto como detentor do saber. Pessotti (1988) ressalta que o principal componente dessa mudança remete a diferença étnica entre os mesmos do clero e os novos membros da ciência. Isso porque os religiosos eram na sua maioria padres jesuítas vindos de Portugal, enquanto os novos cientistas eram constituídos brasileiros frutos da miscigenação, uma vez que, os novos intelectuais possuem vínculos étnicos, culturais ou afetivos com a população, se diferenciando em vários aspectos do clero, a saber: não se preocupavam com questões voltadas para a civilização ou aculturação dos índios, não estavam a serviço da religião, não tinham como intuito ditar uma doutrina moral. Os novos intelectuais, eram os profissionais da Medicina, e estavam preocupados com questões científicas, alguns deles se veiculando com questões voltadas para a Psicologia.

Como menciona Furtado (2012), no transcorrer do século XIX a Europa foi palco da instalação da república burguesa, que contribuiu significativamente para avanço científico e cultural da época, esses aspectos foram disseminados como o modo burguês europeu, apresentado como modelo ideal para os demais países. No Brasil, esse ideal chegou através da educação, onde os filhos da burguesia ao retornarem dos estudos nos países europeus colocavam em prática os saberes adquiridos, influenciando dessa forma no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Jacó Vilela (2012) corrobora com o pensamento de Soares (2010), enfatizando que o ensino das Faculdades de Medicina era realizado a partir da literatura estrangeira e da orientação de professores catedráticos, fluentes em alemão e francês, os idiomas mais conhecidos da época. Nessa perspectiva, é interessante ressaltar o quanto as teorias psicológicas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos influenciavam diretamente nas produções brasileiras. Autores como Wundt, Ribot, Charcot, Janet e a Escola de Nancy, eram figuras mencionadas com frequência nestes trabalhos de conclusão de curso.

Pessotti (1988) chama atenção para a originalidade desses trabalhos, que abordavam diversos temas do universo psicológico, desde paixões ou emoções à diagnóstico e tratamento das alucinações mentais, epilepsia e histeria. Esses estudos evidenciaram a vanguarda da Psicologia científica brasileira, que abordavam desde seu início temas de profunda importância social. Os três primeiros trabalhos de conclusão de curso foram defendidos no Rio de Janeiro, na seguinte ordem: em 1836 com título *Paixões e Afetos de Alma*, escrito por Manuel Inácio de Figueiredo; em 1843 *Proposições a Respeito da Inteligência*, por José Augusto de Menezes e em 1876 *Funções do Cérebro*, de Guedes Cabral.

No campo da Psicologia Experimental temos como percussores José Estelita, que, em 1890, defendeu seu trabalho de conclusão intitulado “*Psicofisiologia da Percepção e das Representações*”, e Veríssimo de Castro, que escreveu “*Das Emoções*”. Posteriormente, em 1891, Odilon Goulart publicou o primeiro trabalho no Brasil, abordando a Psicologia clínica denominado “*Estudo Psicológico da Afasia*”. Em 1897, surgiu a obra “*Epilepsia e Crime*”, que torna seu autor, Júlio Afrânio Peixoto, reconhecido no Brasil e no exterior (SOARES, 2010).

Naquela época, Freud passava a ocupar espaço no meio científico através do método psicanalítico. Como bem menciona, Pessotti (1988) o pensamento freudiano chega no Brasil através do trabalho de Aragão de Souza Pinto, intitulado “*Da Psicanálise: a Sexualidade das Neuroses*”, defendida em 1915 no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar aqui, que o movimento científico brasileiro possui duas linhas de pesquisa. Os pesquisadores cariocas se dedicavam ao estudo da Neuropsiquiatria, a Neurologia e a Psicologia. Já os baianos apresentavam características nitidamente sociais, dedicando-se aos seguintes temas: Criminologia, da Psiquiatria Forense e da Higiene Mental.

Pessotti (1988) lembra que além do avanço das pesquisas, houve também o desenvolvimento de instituições de assistência médica e psiquiátrica. De tal modo que, em cada grande hospital havia um laboratório de pesquisa psicológica, evidenciando uma

preocupação científica com esse campo de saber. Nesse cenário, grandes médicos se destacaram pelo desenvolvimento de pesquisas pioneiras. No Rio de Janeiro tivemos como representantes desse movimento: Teixeira Brandão, Henrique Roxo, Maurício de Medeiros. Na Bahia nomes como Raimundo Nina Rodrigues, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto, Artur Ramos.

Podemos perceber que os trabalhos desenvolvidos, resultaram de um novo processo de ensino que contempla não só o conhecimento psicológico, mas também pesquisas de outras áreas, que ainda hoje são exploradas. Esses estudos indubitavelmente originaram a prática e o hábito de fazer pesquisas e produzir textos científicos no Brasil.

Cabe ressaltar, que o incentivo e desenvolvimento da ciência, não foi um movimento que repercutiu em todo território nacional, pelo contrário, se concentrou nos principais centros urbanos da época. Nesse cenário, as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro se destacaram pelo desenvolvimento econômico e pelo grande número de habitantes, muitos deles, incluídos na categoria dos excluídos como escravos improdutivos, prostitutas, loucos, leprosos e alcoólatras.

De acordo com Antunes (2014) essas cidades sofriam pela precariedade do saneamento básico, que acabou resultando em graves problemas de saúde para a população, caracterizando um dos grandes problemas de natureza social dessa época. A partir disso, surge a Medicina social, enfatizando a atenção na saúde e não na doença, uma prática preventiva da saúde embasada na nova política de higienização social com o propósito de incluir os excluídos, eliminando a desordem e os desvios.

Jacó Vilela (2012) menciona que esse movimento de prevenção se difundiu ao redor do Brasil, quando foram adotadas práticas de sanitarismo e de higiene mental. Esta última, ocupou grande espaço no meio intelectual e científico, que se desdobrou na criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada por Gustavo Riedel no Rio de Janeiro, em 1923, tendo como participantes a elite médica e diversos intelectuais que se interessavam pelo tema. Dentre os membros, podemos destacar grandes nomes da Psicologia brasileira, como: Plínio Olinto, professor de Psicologia na Escola Normal, responsável pelo Serviço de Psicologia, Ulisses Pernambucano, representante da Liga em Pernambuco; Manoel Bomfim, professor Catedrático de Psicologia na Escola Normal, lotado na Seção de Deficiência Mental.

Antunes (2014) ressaltam que os representantes da Liga, assumiram práticas destinadas ao controle social, visando à normalização e a higienização da sociedade. Assim, o movimento higienista tinha um caráter progressista, com o intuito de melhorar as condições

de vida das classes mais pobres da população. Contudo, em meados de 1930 a Liga, se apoiou no movimento eugênico para fundamentar suas práticas, chegando a prescrever a reclusão de indivíduos considerados socialmente indesejados para a classe média-alta.

Apesar do caráter sombrio que a Liga adquiriu por associar-se ao movimento eugênico, não podemos desconsiderar suas contribuições para o desenvolvimento e disseminação dos testes psicológicos no Brasil. Como aponta Jacó Vilela (2012) nessa época houve várias publicações na revista *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* sobre essa temática, tendo como destaques nomes como Leme Lopes, Ulisses Pernambucano e Anita Berreto.

Por fim, podemos complementar que o desenvolvimento da vida acadêmica brasileira, iniciou com estágios de acadêmicos brasileiros em centros de pesquisas europeias, enriquecido com a contribuição de alguns professores europeus lecionando em faculdades brasileiras. Ambos aspectos, potencializaram a qualidade das pesquisas brasileiras, além de ampliar os estudos para questões de utilidade social. Aliado ao grande interesse pela Psicologia nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, os textos produzidos pelos médicos ajudaram a qualificar a Psicologia como ciência, principalmente em função do rigor metodológico com que produziram suas pesquisas experimentais.

4.3 Surgimento dos primeiros laboratórios de Psicologia

A Psicologia moderna possui como marco inicial a inauguração do Laboratório Experimental de Leipzig, por Wilhelm Wundt em 1879. A partir de então, começaram a surgir diversos laboratórios ao redor do mundo, no qual se dedicavam a “nova ciência psicológica”. Como aponta Soares (2010), por meio do incentivo a pesquisa, começaram a surgir Laboratórios de Psicologia em clínicas psiquiátricas e hospitais brasileiros. O governo, por sua vez, também demonstrou interesse pelas pesquisas, principalmente pela aplicabilidade dos resultados.

Jonsson (2011) ressalta que no Brasil os laboratórios ganharam espaço e relevância no meio acadêmico. Dos diversos laboratórios criados naquela época, três merecem destaque, a saber:

O primeiro e mais antigo Laboratório foi instalado no Rio de Janeiro em 1906 no “Pedagogium”, e se utilizava dos conhecimentos da Psicologia científica recém surgida; o segundo refere-se ao Laboratório de Psicologia da Escola Normal Secundária de São Paulo (1912-1930); e o terceiro – e que ganhou mais relevância ao longo do tempo –, criado em 1923, foi o Laboratório de Psicologia pertencente à

Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, e que teve grande contribuição à sedimentação da Psicologia científica no país. (JONSSON, 2011, p. 16).

Jacó Vilela (2012) destaca que nesse contexto de efervescência científica, se iniciam novas propostas para educação, pautadas na Reforma Benjamim Constant. De acordo com Massimi (1990) a reforma propunha estabelecer novas bases para educação brasileira, pautada principalmente, na liberdade, a laicidade, a gratuidade do ensino primário, além da substituição da tradição “humanista” por um ensino embasado na cientificidade. Esse novo modelo educacional levou a criação do Museu Pedagógico, denominado Pedagogium, no qual apresentava características semelhantes aos museus dos países europeus e tinha como diretor o médico Manoel Bomfim, que abandonou sua carreira para se dedicar à educação.

Outro destaque no rol dos laboratórios brasileiros, deve ser dado ao Laboratório de Psicologia da Escola Normal Secundária de São Paulo. De acordo com Jonsson (2011) a história desse laboratório se inicia em 1910, através de dois grandes nomes: o primeiro, seu idealizador Oscar Thompson, que naquela época ocupava o cargo de direção-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo; segundo na figura de Clemente Quaglio, que ficou responsável pela implementação e direção em meados de 1912.

Jonsson (2011) destaca a respeito da contribuição do médico italiano Ugo Pizzoli (1863-1934) para a história do laboratório. Pizzoli desenvolvia estudos destinados à educação, foi professor livre-docente em Psicologia Experimental na Universidade de Módena, desenvolvendo vários testes mentais, mantendo uma estreita relação com a Pedagogia Científica. Além da contribuição de Pizzoli, em 1927, o laboratório recebe Henri Piéron para uma série de cursos para educadores.

Centofanti (2011) aponta que o laboratório, passou pela direção de Loureço Filho, grande nome na Psicologia brasileira, sua administração durou cinco anos, com início em 1925 e término em 1930. Dois anos depois, foi criado o Serviço de Psicologia Aplicada, que incorporou o instrumental do laboratório e, em 1934, devido a criação da Universidade de São Paulo, o Centro foi incorporado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras até 1941, quando foi extinto.

Por fim, destacamos o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Segundo Centofanti (2011), a colônia foi criada em 1910, e em 1922 foi criado seu laboratório por Gustavo Riedel que, após regressar dos Estados Unidos com os ideais do movimento de Higiene Mental e com os laboratórios de Psicologia, decidiu inaugurar um semelhante no Rio de Janeiro.

Nesse cenário, Soares (2010) menciona que o Ministério da Educação e Saúde assumiram a administração do Laboratório de Psicologia do Engenho de Dentro, sob a direção de Waclaw Radecki, o laboratório passou a ser chamado de Instituto de Psicologia, e atuou durante 1923 e 1932. O Instituto tinha o intuito de estudar e pesquisar temas em Psicologia geral e aplicada, atuando como centro de aplicação de técnicas de diagnóstico psicológico. Quatro anos depois, o Instituto foi incorporado à Universidade do Brasil e teve como principais colaboradores, Eliezer Schneider, Antonio Pena e Nilton Campos, grande divulgador da fenomenologia como método aplicável na Psicologia e na Psiquiatria.

Cabe chamarmos atenção para o contexto social e econômico do Brasil anos de 1930. Não podemos negar, que a chegada da industrialização impulsionou o crescimento econômico do país, além de abrir mais espaço para o campo científico. Como aponta Bernardes (2004) o início da industrialização e o crescente processo da urbanização na década de 30 demandaram práticas psicológicas não só para favorecer a organização do trabalho, mas também para atuar em escolas e clínicas infantis. A meta nacionalista daquela época era possibilitar a construção de um homem novo para um país novo, e a fundamentação metodológica dessa meta estava alicerçada no Positivismo e no Tecnicismo. Assim, a Psicologia surgia como elemento de ligação entre o homem, a máquina e a lógica teórico-explicativa.

Bulla (2003) menciona que, no início da década de 1930, o Brasil começou a intensificar o processo de industrialização, que inicialmente acarretou um expressivo avanço econômico, social, cultural e político e trouxe grandes transformações no país. O Capitalismo passou a ganhar força no cenário social e dele emergiram dois pontos principais: o trabalho e o capital.

Como menciona Lourenço Filho (1971), o movimento de industrialização impulsionou o deslocamento de grandes grupos da zona rural para as cidades, processo que trouxe problemas de ajustamento dessas pessoas recém-chegadas à cidade, aumentou a busca por escolas e acentuou questões relacionadas à organização e à administração públicas. Essas demandas começaram a exigir maior atuação da Psicologia na vida social, na educação, na saúde mental e na organização do trabalho.

Lourenço Filho (1971) ressalta ainda que com esse cenário de intensificação econômica, passou a ser exigido do trabalhador mais produtividade e eficiência. Nessa época grupos de engenheiros e administradores do serviço público e privado mostraram grande interesse pelos novos métodos da Psicologia no trabalho de recrutamento e seleção de pessoas. Resultando na criação de órgãos para desempenhar essa nova atividade profissional,

entre ao quais destacamos o Serviço de Seleção Profissional da Estrada de Ferro, criado em 1939; o Laboratório de Psicotécnica do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em São Paulo, datado de 1942; e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro.

Essas transformações econômicas influenciaram, profundamente, as primeiras décadas da Psicologia em seu processo de inserção no âmbito sócio econômico do Brasil nessa época, nutrindo o imaginário popular com suposições que marcaram, de início, a imagem pública do psicólogo enquanto profissional emergente.

4.4 Desenvolvimento da Psicologia nas Escolas Normais

Além das Faculdades de Medicina, as Escolas Normais, por meio dos educadores, foram grandes centros de ensino e de divulgação da Psicologia. Desde 1890, com a reforma de Benjamin Constant, foram introduzidas noções de Psicologia para a disciplina de Pedagogia, que compunham o currículo das Escolas Normais.

Com relação a dimensão pedagógica da Psicologia, Pessoti (1988) traz importantes contribuições de seus estudos acerca de algumas Escolas Normais, como é o caso da Escola Normal do Ceará, publicado em 1938, o Dicionário de Psicologia Pedagógica. A Escola Normal de Belo Horizonte, também merece destaque por meio da colaboração de Iago Pimentel, autor do compêndio Psicologia Aplicada à Educação, obra de vasta difusão no ensino. Tivemos ainda, a Escola Normal de Limeira, a figura de João de Souza Ferraz, autor de diversos textos de Psicologia para Ensino Normal.

Jacó Vilela (2012) chama atenção para a seguinte questão: se os Archivos Brasileiros de Higiene Mental foram fundamentais para a difusão dos testes, seguramente, o instrumento que permitiu maior visibilidade para a prática psicológica, recaí sobre o ensino de Psicologia, principalmente nas Escolas Normais.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2013) o campo educacional abordava diversos conteúdos psicológicos, enfatizando as faculdades psíquicas como: inteligência, vontade e sensações. Naquela época, eram encontrados em escolas secundárias e sobretudo nas Escolas Normais, conteúdos destinados a aprendizagem e a métodos e instrumentos educativos. Essa crescente preocupação com o fenômeno psicológico, estava embasada, principalmente, na metodologia de ensino, que tinha como foco o educando e a formação do educador. Desse modo, não era raro encontrar temas psicológicos nas disciplinas de Filosofia, Pedagogia, Psicologia Lógica e Pedagogia.

Jacó Vilela (2012) ressalta a importância das publicações de textos para Escolas Normais. A autora destaca que em 1920, encontramos duas publicações voltadas para o estudo de teste. A primeira publicação intitulada “Test” surgiu em 1924, assinada por Medeiros e Albuquerque, nomes que se tornaram renomados pelo pioneirismo da obra. Outra obra importante foi escrita por Manoel Bonfim, denominada “O Método dos Tests”, publicada em 1928. Ressalta-se que nesta obra, Bonfim, escreveu apenas um capítulo sobre testes psicológicos, pois, dedicou-se fundamentalmente, aos testes pedagógicos e a orientação sobre como construir bons testes.

Pessotti (1988) lembra que entre a instalação das Faculdades de Medicina até a criação a Universidade de São Paulo, em 1934 e de outras universidades brasileiras, passaram cem anos, ou seja, um século de pesquisas dedicadas a nova ciência psicológica. A seguir, discorreremos brevemente sobre a entrada da Psicologia no Ensino Superior e seus desdobramentos.

4.5 A entrada da Psicologia no Ensino Superior

Como vimos anteriormente, o movimento científico brasileiro iniciou-se através da criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Desde então, a ciência passou a ocupar um espaço privilegiado na sociedade brasileira. Pessotti (1988) lembra que no Congresso de Estudantes de São Paulo, em 1909, Isaias Alves apresentou um trabalho chamado A Creação de Universidade no Brasil. Nesse estudo, Alves já ensejava a organização acadêmica, bem como as tendências da Psicologia no Brasil. Entretanto, sua proposta foi impulsionada com a criação da Universidade de São Paulo.

Com a introdução da Psicologia nas Escolas Normais, iniciou-se um movimento de ampliação dos saberes psicológicos, de tal maneira que no início de 1930 a ciência Psicologia, finalmente adentra no ensino superior. Lisboa e Gonçalves (2009) lembram que inicialmente a Psicologia foi incorporada nas faculdades como disciplina para a formação de outros profissionais. Ou seja, nesse primeiro momento a Psicologia não apresentava um caráter profissionalizante, bem como, não possuía autonomia no ensino superior para constituir-se em um curso independente.

Lisboa e Gonçalves (2009) ressaltam que com a criação da Universidade de São Paulo – USP (primeira universidade do país), em 1934, o então Instituto de Educação Caetano de Campos (antiga Escola Normal de São Paulo) é transformado na Faculdade de Filosofia,

Ciência e Letras da USP. Assim, o Laboratório de Psicologia Educacional do Instituto é incorporado à cátedra de Psicologia Educacional.

Com a transição do Instituto de Educação Caetano de Campos para a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, o então Laboratório de Psicologia criado por Lourenço Filho, que empregava 17 técnicos em tempo integral foi também incorporado à cátedra de Psicologia Educacional, dirigida por Noemi Silveira em 1936. Já no bacharelado em Filosofia foi criada outra cátedra de Psicologia, sob a direção de Jean Maugué. De modo geral, também fora da USP os grandes nomes do período precedente, passam a compor as cátedras universitárias de Psicologia, com as equipes e laboratórios que antes dirigiam junto aos hospícios, as clínicas psiquiátricas ou as escolas normais.

Como bem menciona Pessotti (1988) a partir de 1934, na USP, a Psicologia tornou-se disciplina obrigatória durante os três anos dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia, estando inserida também na grade curricular de todos os cursos de licenciatura. Fora da USP a Psicologia também ganhava espaço na academia, principalmente nas Universidades do Brasil, Católica e Federal de Minas Gerais e Federal do Rio Grande do Sul.

Pessotti (1998) ressalta ainda que tanto na USP quanto em outras universidades, as cátedras e departamentos de Psicologia, na esfera administrativa, foram equiparadas às cátedras médicas e jurídicas. Essa acessão simboliza um marco importante para a história da Psicologia no Brasil. Assim, a Psicologia inicia seu processo de autonomia, desvinculada da medicina e da Pedagogia.

Desde 1890, quando começaram a surgir as primeiras monografias em Psicologia, houve um grande entusiasmo pela nova ciência, intensificando seu desenvolvimento no Brasil. Após meio século de existência, a Psicologia foi ganhando espaço nos meios acadêmico e profissional. Por volta dos anos de 1940, ocorreu uma série de fenômenos que incentivaram a regulamentação da Psicologia no Brasil, sobre os quais discorreremos a seguir.

CAPÍTULO II

5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Acompanhando o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, apontaremos os primeiros projetos de lei para formação e regulamentação da profissão. Posteriormente, ressaltaremos a Lei 4.119, o Currículo Mínimo e as Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Reforma da Educação Brasileira). Para finalizarmos o capítulo abordaremos a Psicologia nas décadas de 1970 e 1980 e as Diretrizes Nacionais Curriculares.

5.1 Primeiros projetos de lei para Formação Profissional

Lourenço Filho (1971) identifica com precisão que o primeiro deles ocorreu em 1945, com a inauguração do curso de seleção, orientação e readaptação profissional e problemas correlatos, ministrado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, coordenado pelo professor Emilio Mira y López da Universidade de Barcelona.

Após um ano, sucedeu a homologação do Decreto de Lei nº 9.092, de março de 1946, que ampliou o regime didático das faculdades de Filosofia e que faz uma referência direta à Psicologia, no Art. 4º, parágrafo 1º: “Para obter o diploma de licenciado, os alunos do quarto ano receberão formação didática, teórica e prática, no ginásio de aplicação e serão obrigados a realizar um curso de Psicologia Aplicada à Educação” (SOARES, 2010). No mesmo ano, ocorreu a inclusão da Psicologia nos artigos 5º e 6º do Decreto de Lei 9.092, de março de 1946, que torna legais os diplomas de especialização.

O mesmo Soares (2010), menciona que o parágrafo único dos referidos artigos ressalta que os candidatos que pretendessem o diploma de especialização como psicólogo, deveriam satisfazer às seguintes condições: “Aprovado nos três primeiros anos do curso de Filosofia, bem como em cursos de Biologia, Fisiologia, Antropologia, Estatística, e em cursos especializados de Psicologia. Finalmente, estágio em serviços psicológicos, a juízo dos professores da seção”.

Lourenço Filho (1971) menciona que, ainda no ano de 1946, foi criado no Departamento Nacional da Criança, órgão do Ministério da Saúde, o Centro de Orientação Juvenil (COJ), que possuía serviços de Psicologia Clínica abertos ao público. No ano de 1947,

fundava-se o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), no Rio de Janeiro, sob direção técnica do professor Mira y López. Em 1949, foi criado no Ministério da Guerra o curso de classificação de pessoal, que apresentava um desenvolvido programa de Psicologia aplicada. No mesmo ano, a Fundação Getúlio Vargas criou o periódico trimestral denominado Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, mais tarde chamado de Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada.

Em 1951, passou a circular o Boletim do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. Um ano mais tarde, foi criado o Centro Editor de Psicologia Aplicada (CEPA), com organização similar às entidades do mesmo gênero radicadas nos Estados Unidos. O CEPA tinha como finalidade produzir material adequado a exames psicológicos, sendo distribuído apenas às pessoas que comprovassem justificada preparação para a realização dos exames.

Nesse ponto específico, consideramos necessário destacar que prevalecia na atmosfera cultural todos os impactos do pós-guerra, que dividiu o mundo em dois grandes blocos. Tanto no Brasil quanto nos outros países, ocorreram grandes transformações sócio-políticas que foram se concretizando ao longo dos anos de 1950. Esta década trouxe para o Brasil a nova onda de desenvolvimento, impulsionada pelo pensamento progressista.

Nesse cenário, houve novo e significativo aumento da população urbana, devido, principalmente, a um forte movimento da migração da zona rural para as cidades. Este processo se fortaleceu com a intensificação da área industrial e teve como marco fundamental a política desenvolvimentista de 1956, proposta pelo então presidente Juscelino Kubitschek, cujo lema era cinquenta anos em cinco.

Na década de 1950, consolidava-se a sociedade urbano-industrial, e, com ela, surgiu um novo estilo de vida, difundido pelos meios de comunicação, como revistas, cinema, teatro e televisão. Devido à esse intenso crescimento econômico, cultural, artístico, os anos de 1950 foram denominados de Anos Dourados, pois proporcionaram um conjunto de mudanças em todas as esferas da sociedade.

De acordo com Batista (2010) apud Graciani (1984), os anos 1950 foram um período de incorporação dos modelos de Taylor e Ford, ambos influenciaram o sistema de organização industrial no Brasil, aumentando significativamente a classe média. Esse período também é marcado por dois movimentos: as pressões para a modernização do sistema de ensino, em especial, da academia, de modo que a Universidade pudesse responder às necessidades desenvolvimentistas do país, bem como, as concepções das reformas brasileiras de base, como as reformas agrária, jurídica e política. Esses movimentos atuaram como o

plano de fundo e abriram espaço para o debate sobre a regulamentação da Psicologia no Brasil.

Batista (2010) traz subsídios que favorecem a compreensão desse período. Em 1952, foram iniciadas algumas discussões acerca da regulamentação. Como movimento inicial, houve a formação de uma comissão de carreira do psicólogo, organizada pela Sociedade de Psicologia de São Paulo. Essa comissão tinha como objetivo realizar estudos e debates para definir e implantar a profissão de psicólogo no país. Entre seus componentes, destacam-se nomes como Raul de Moraes, Anita Cabral, Aniela Ginsberg, Virginia Bicudo.

Nesse cenário surgiram diversos artigos e palestras que impulsionaram os debates sobre a regulamentação. Em 1952, Maria José Garcia proferia uma palestra sobre as tendências atuais da Psicologia na França. No mesmo ano, Arrigo Angelini escreveu acerca da psicologia em algumas universidades norte americanas. Registram-se ainda as conferências de Aniela Ginsberg sobre suas impressões de visita a centros de Psicologia europeus. Duas palestras foram realizadas entre 1952 e 1953: a primeira, ministrada por Noemy Rudolfer, teve como ponto central a legitimidade da função do psicólogo clínico e das clínicas psicológicas; a segunda, proferida por Anita Cabral, abordou como tema a Formação do profissional em Psicologia.

Como podemos observar, as discussões sobre a formação do psicólogo surgiram antes mesmo da regulamentação da profissão. O momento que antecede à tão esperada regulamentação foi marcado pela realização de um número significativo de eventos, tais como palestras, artigos, assembleias e congressos, que ocorreram em todo o país. Um marco importante nesse processo foi o I Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado em 1953, em Curitiba. Batista (2010) salienta que, em março de 1953, Anita Cabral publicou um artigo sobre os requisitos básicos da formação de psicologistas, termo até então utilizado para designar aquilo que hoje chamamos de psicólogo. No estudo, a autora menciona três requisitos básicos para formação do psicologista, a saber:

Preparo específico, teórico, experimental e prático; ... o psicologista (entendido como o profissional da Psicologia) não deve ser um simples técnico... nem cientista..., mas há de ter como centro de gravidade o humano, na indissociável unidade dos aspectos da personalidade individual e do meio social.... Só quando teoria, espírito experimental e habilidade técnica se unem num todo solidário é que podemos estar frente a um psicologista (BAPTISTA, 2010, p. 43).

Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, começaram a surgir os primeiros cursos de especialização em Psicologia. O surgimento deles teve um impacto

decisivo no processo de regulamentação da profissão. Pereira e Pereira Neto (2003) apontam que o primeiro curso de Psicologia Educacional foi ofertado em São Paulo e teve como organizadora a cátedra de Psicologia Educacional da USP, no ano de 1947. Sete anos após, surgia a especialização em Psicologia Clínica, organizada pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*.

Pereira e Pereira Neto (2003) avaliam que, a partir da regulamentação da formação de especialistas em Psicologia, iniciou-se, oficialmente, o exercício profissional da profissão de psicólogo, ampliou-se o leque das possibilidades de atuação no mercado de trabalho, como também incentivou os psicólogos na luta pela regulamentação da categoria como um todo. Desta forma, a década de 1950 inicia com um forte movimento acadêmico e profissional em prol da regulamentação da Psicologia como Ciência e Profissão. Batista (2010) refere que, antes da aprovação da lei nº 4.119/1962, surgiram vários anteprojetos de lei sobre a formação e a regulamentação da profissão.

O primeiro foi organizado pela Associação Brasileira de Psicotécnica, em 1953, e chegou a ser encaminhado ao Ministério de Educação e Cultura. Contudo, não foi aceito com entusiasmo pelos profissionais, uma vez que dividia a formação em dois níveis: curso de bacharel, com três anos de duração, realizado nas faculdades de Filosofia, e que daria direito ao profissional atuar como auxiliar do psicologista em serviços de Psicologia Aplicada; e curso de licenciatura, com duração de dois anos, realizável em institutos de pesquisas educacionais ou em instituições de seleção profissional, Serviços de Psiquiatria ou Clínicas Psicológicas. Esses últimos tinham como objetivo formar profissionais para atuar nas seguintes áreas: clínica, trabalho e educação. Além de trazer essa distinção na formação, o anteprojeto ressaltava que o profissional bacharel não poderia exercer cargo de diretoria nos Serviços de Psicologia, privativo do profissional licenciado.

O anteprojeto apresentado pela Associação Brasileira de Psicotécnica mencionou dois pontos principais a serem considerados para a regulamentação da profissão. O primeiro referente às necessidades sociais do país, que exigiam a atuação desse profissional em três áreas principais, quais sejam Psicotécnica Escolar, Psicotécnica do Trabalho e Psicologia Clínica. Nesse cenário, os profissionais desempenhariam funções de orientadores educacionais, professores para alunos anormais e desajustados, selecionadores de pessoal, técnicos em psicodiagnósticos, conselheiros de formação profissional e em ajustamento psicológico. O segundo ponto refere-se à inexistência de pessoal habilitado para trabalhar com

essas questões, o que exigia uma formação regular em nível técnico de ensino superior, de cunho teórico e prático.

Tal anteprojeto foi alvo de críticas por apresentar dois níveis de formação. Cabral (1954) defende que a formação em licenciatura deveria ocorrer dentro da academia e não, fora, como proposto pela ABP. Outro ponto crítico refere-se à duração do curso, que seria, no mínimo de quatro anos para a formação básica, e de mais dois anos, para a especialização profissional. Além disso, ambos os cursos deveriam ser desenvolvidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Em relação a esse modelo de formação, nomes como Nilton Campos e Anita Cabral apresentaram algumas críticas quanto à denominação do profissional. A ABP defendia a nomenclatura psicologista, que teria uma conotação de formação técnica, e seus opositores defendiam a nomenclatura psicólogo, com uma formação voltada para a valorização da ciência. Por fim, o anteprojeto defendia, de modo implícito, que os técnicos seriam subordinados aos médicos, postura que foi duramente criticada.

5.2 Regulamentação da Profissão e Formação

De acordo com Rudá, Coutinho e Filho (2015) a regulamentação da formação e atuação profissional do psicólogo, resultou de um longo processo de amadurecimento da Psicologia tanto como área disciplinar como de exercício profissional. De tal modo que, após anos de discussão e diversos embates, surgiram algumas mudanças, culminando com a homologação do projeto definitivo, ocorrida no dia 28 de agosto de 1962, pela lei nº 4.119, que dispõe sobre a formação do psicólogo e regulamenta a profissão em todo o território nacional, distinguindo a profissão de Psicólogo com a importância do sentido técnico-científico e a relevância de seu alcance social (BRASIL, 1962).

Rudá, Coutinho e Filho (2015) nos lembram que o caminho até a regulamentação não se deu de forma pacífica, como mencionado no tópico anterior, houveram várias disputas políticas, negociações e reviravoltas, que envolveram debates entre diversas entidades e atores sociais. Chamamos atenção para o texto legislativo, que dispunha acerca da formação em três modalidades, a saber: bacharel, licenciado e psicólogo. Essa divisão nos faz refletir sob a orientação empregada na Psicologia brasileira e seu referencial psicotécnico, símbolo de duas das instituições de maior destaque da época: o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) e a Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP), ambas lideradas por Mira y López.

Mesmo após a regulamentação da lei 4.119, houveram ainda mais discussões em relação ao texto aprovado. Nilton Campos, docente da Universidade do Brasil, em que dirigia um núcleo predominantemente filosófico com ênfase em estudos teóricos, se destacou como um dos grandes nomes da Psicologia no Brasil, contrário à proposta apresentada pela ABP e ISOP. Annita Cabral, então professora da Universidade de São Paulo (USP) também, revelou-se contrária ao texto. Logo, podemos perceber que as discussões envoltas da formação do psicólogo que ocorriam desde os primórdios da Psicologia no Brasil, não cessaram com sua regulamentação. Pelo contrário, abriu-se ainda mais espaço para discutir como a formação aconteceria na prática.

O texto aprovado apresenta logo no primeiro capítulo que a formação em Psicologia deverá acontecer nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciatura e formação de Psicólogo. De acordo com Soares (2010), está previsto, no capítulo dois da lei nº4.119, que os diplomados nos dois primeiros cursos poderão exercer funções de ensino, na forma da legislação própria. Neto (2010) salienta que a regulamentação da Psicologia ocorreu em um período próximo à intervenção militar, de intensa repressão política, o que gera dúvidas sobre a serviço de quem estaria a Psicologia e questionamentos acerca de quem a Psicologia iria, de fato, beneficiar.

O autor ainda destaca que esse período histórico foi marcado também pelo “milagre econômico” (1968-1973), que proporcionou crescimento das classes média e alta, e teve como referências os padrões do Capitalismo Industrial. Essas duas camadas da sociedade passaram a vivenciar um novo modo de subjetivação, próprio das sociedades industriais modernas, caracterizado pela valorização das singularidades, favorecendo a procura por serviços psicológicos.

A importância do consumismo, a busca da ascensão social como decorrência dos méritos pessoais, a sobrevalorização da intimidade psicológica são algumas das balizas desse modo de vida. O íntimo e o familiar tornam-se o refúgio derradeiro contra os terrores sociais, já que a política era entendida como pertencente ao governo, e a competência das pessoas deveria estar restrita ao trabalho, ao estudo, enfim, à ascensão social (NETO, 2010, p. 132).

Nesse contexto inicial, após a regulamentação da profissão de Psicólogo, chamamos atenção para as duas áreas citadas acima: o trabalho e o estudo. Não por coincidência, foram justamente essas duas áreas que tiveram predominância na legislação que regulamentou os serviços psicológicos e foram os destaques da nova profissão, seguida da Psicologia Clínica.

Notamos que a ascensão dessas três áreas estava diretamente ligada com o novo modo de subjetivação das classes média e alta do Brasil.

Cabe ressaltarmos aqui, que antes mesmo da lei 4.119 já haviam alguns cursos de Psicologia no Brasil, desenvolvidos principalmente nas instituições católicas, como aponta Rudá, Coutinho e Filho (2015), dos cinco primeiros cursos no país, apenas o curso da Universidade de São Paulo, introduzido em 1958, por meio de lei estadual foi implantado fora dessa circunstância. Féres-Carneiro (2011) menciona os primeiros cursos de Psicologia no Brasil, dentre eles estão o curso da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), criado em 1953, como o pioneiro. O curso não apresentava uma cátedra oficial, segundo a legislação da época. Os seguintes foram: o curso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), ambos em 1961.

Degani-Carneiro (2012) aponta que esse movimento da Igreja Católica, estava diretamente relacionado à crescente laicização do Estado e da sociedade, que estava ocorrendo desde o final do século XIX, impulsionado pela influência republicana, com um viés nitidamente positivista. Como mencionam Jacó-Vilela e Rocha (2014), a Igreja Católica tinha como objetivo retomar sua força e prestígio, responsabilizando pela educação. Assim, surgiram diversos cursos de Psicologia nas universidades católicas, em que a igreja se colocava em uma postura estratégica, visando a educação dos cidadãos.

5.3 Currículo Mínimo

Como citado anteriormente, devido a intensa discussão acerca do exercício profissional do psicólogo, na década de 1950, culminou na regulamentação dos cursos de Psicologia e da profissão de psicólogo com a Lei n. 4.119. Desde então, houveram três momentos distintos de reorganização curricular dos cursos de Psicologia no Brasil. O primeiro surgiu com o propósito de normatização, implantando um sistema denominado de Currículo Mínimo, determinado pelo Parecer nº 403 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 19/12/1962 e que estabeleceu, além do currículo mínimo, a duração do curso de Psicologia no Brasil.

De acordo com Rudá, Coutinho e Filho (2015) o Currículo Mínimo caracterizou-se como um núcleo de matérias indispensáveis para a formação em carreiras profissionais do ensino superior, dentre elas, a Psicologia. O parecer nº 403, tinha como objetivo centralizar as deliberações pertencentes à formação. O documento prevê disciplinas comuns para o

Bacharelado e a Licenciatura, a saber: Fisiologia; Estatística, Psicologia Geral e Experimental; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Personalidade; Psicologia Social e Psicopatologia Geral.

No parágrafo único o parecer ressalta que para a obtenção do diploma de Psicólogo exigem-se, além das matérias fixadas citadas acima, são necessárias mais cinco disciplinas, que compreende: Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento Psicológico; Ética Profissional e três dentre as seguintes disciplinas (Psicologia do Excepcional; Dinâmica de Grupo e Relações Humanas; Pedagogia Terapêutica; Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem; Teorias e Técnicas Psicoterápicas; Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria).

Além de disciplinas em comum, o parecer também estabeleceu no artigo 2º que para obtenção do diploma que habilita o exercício do magistério em cursos de nível médio, precisam seguir as matérias pedagógicas fixadas na Resolução especial, do parecer 292/62. Já para a obtenção do diploma de Psicólogo, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado. O artigo 3º estabeleceu a duração do curso, sendo de quatro anos letivos para o bacharelado e a licenciatura e de cinco anos letivos para a formação de psicólogos, incluindo neste último a hipótese o estágio supervisionado. Por fim, o artigo 4º estabeleceu que partir de 1963 o currículo mínimo entraria em vigor.

O currículo mínimo permaneceu em exercício por quarenta e dois anos, insistindo no propósito de organizar diversos conteúdos em um conjunto específico de disciplinas, sem levar em conta o contexto sociocultural onde o curso seria ministrado. Sua preocupação inicial foi garantir uma identidade geral ao psicólogo brasileiro, implantando um modelo uniforme da formação em todo o território nacional (BRASIL, 2018)

Ressaltamos que o Currículo Mínimo, em nenhum momento previa os conteúdos a serem desenvolvidos nas mais diversas disciplinas, nem as respectivas ementas. Além disso, não previa a carga horária de cada uma delas. Desse modo, com o decorrer dos anos, o currículo mínimo entrou em descrédito, como aponta a Cartilha do Conselho Federal de Psicologia (BRASIL, 2018). Esse modelo de ensino passou a ser apontado como insatisfatório, principalmente em função do sistema não levar em consideração as características socioculturais nas quais os cursos eram implementados, o que acarretava na formação de psicólogos fora da realidade vivida em cada região, abrindo espaço para a implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares.

5.4 Psicologia nas décadas de 1970 e 1980

Os anos de 1970 trouxeram para a Psicologia brasileira um novo espaço de questionamento sobre o fazer da profissão. Bock (2010) menciona três fatores que intensificaram esses questionamentos: a ditadura, os movimentos sociais e a entrada da classe média na universidade e refere esse momento histórico como um período de caracterização da Psicologia Brasileira, que levantava questionamentos como: que Psicologia queremos? Que psicólogos queremos ser? Esse movimento de construção identitária vai se fortalecer nos anos de 1980, momento que se iniciou a construção de críticas do modo como a Psicologia se fazia presente no Brasil, caracterizada, inicialmente, como uma profissão da elite, uma vez que a maioria dos psicólogos eram oriundos das camadas mais abastadas da sociedade, devido ao alto custo da formação. Além disso, apenas as pessoas com maior poder aquisitivo tinham acesso aos serviços psicológicos.

Podemos considerar a década de 1980 como um período de fortalecimento da Psicologia no Brasil. Bock (2010) ressalta que, nos anos de 1980, teve início o processo de inclusão do psicólogo nos serviços de Saúde Mental. Isso contribuiu para o fortalecimento do movimento sanitarista. Outro aspecto crucial foi o surgimento da Psicologia Comunitária, que se desenvolveu a partir da intervenção de estudantes de Psicologia, que a partir dos estágios acadêmicos, trouxeram um novo modo de atender e entender as demandas sociais. Esse processo foi ainda mais favorecido a partir da influência do novo método pedagógico proposto por Paulo Freire.

Por outro lado, na área da Psicologia da Saúde, Carvalho e Yamamoto (2002) ressaltam que a inserção do psicólogo em serviços públicos de saúde ocorreu no final da década de 1970, inspirados no movimento de luta antimanicomial, com o propósito de estruturar formas como métodos alternativos ao hospital psiquiátrico, visando à formação de grupos multiprofissionais, e maior eficácia no tratamento.

Nesse contexto, o Brasil enfrentava uma forte crise econômica, que teve como consequência a diminuição dos atendimentos psicológicos privados. Sebastiani e Maia (2005) denunciam a Psicologia Clínica tradicional por não apresentar a relevância social esperada, uma vez que, naquele momento, buscavam-se práticas alternativas que seriam socialmente significativas, induzindo alguns psicólogos a buscarem novos campos de atuação. Esse movimento abriu espaço para a inserção do psicólogo na Saúde Pública.

Bock (2010) salienta que a Psicologia praticada no serviço público de saúde mental mostra-se completamente diferente da Psicologia utilizada nas clínicas privadas. A primeira tem como pilar a concepção biopsicossocial, e a segunda está pautada no modelo reducionista da compreensão biomédica. Esse novo modo de fazer Psicologia no serviço público deu uma nova identidade à profissão e exigiu uma reconfiguração no modelo de formação do psicólogo.

Tonetto e Gomes (2007) apontam que a mera transposição do fazer psicológico do espaço clínico/privado para o espaço público exigiu desse profissional novos modos de atuação e intervenção. Nesse cenário, o psicólogo defronta-se com a necessidade de desenvolver competências e habilidades capazes de habilitá-lo ao trabalho de equipe. Spink (2009) assinala a necessidade de se reconsiderar a estrutura dos cursos de graduação, pois ainda se privilegia a esfera liberal, centrada no consultório privado, enaltecendo a esfera individual, e recomenda a ampliação do referencial teórico da graduação, no sentido de contemplar um horizonte social amplo.

Em função de tudo que foi visto até então, podemos perceber a importância da reformulação do processo de formação do psicólogo, na medida que as transformações sociais imprimiram uma mudança significativa de sentido de ser psicólogo, deslocando progressivamente o foco de sua atenção profissional do topo para a base da pirâmide social. Desse modo, faz-se necessário um ajuste na formação profissional que promova, na formação do psicólogo, as competências e habilidades próprias desse novo sentido de ser.

5.5 Diretrizes Nacionais Curriculares

De acordo com Hoff (1999) a proposta de substituir a tradição curricular, baseada na enunciação de disciplinas e conteúdos programáticos por diretriz curriculares caracterizadas por competências e habilidades profissionais exigiu o estabelecimento de acordos em relação ao conjunto de habilidades que esse profissional deveria desempenhar, caracterizando-o entre os demais.

Rudá, Filho e Coutinho (2015) chamam atenção para as diversas críticas em torno da atuação profissional do psicólogo, essas críticas acabam levando ao esgotamento do modelo de formação pautado no Currículo Mínimo. Nesse contexto, dois pontos se destacaram, o primeiro remete a questão da reestruturação curricular e a proposta de compromisso social da Psicologia.

Precisamos ressaltar que a legislação que estabeleceu o Currículo Mínimo estava envolta de todo um contexto acadêmico, político e social, ou seja, não foi uma ação isolada. Assim, o Currículo Mínimo, desempenhou um importante papel após a lei 4.119 na organização dos primeiros cursos, contudo, precisou ser repensada.

Nesse contexto, Rudá, Coutinho e Filho (2015) lembram o surpreendente salto da Psicologia entre as décadas de 60 e 70 incentivada principalmente pelo surgimento de diversos cursos de Psicologia no Brasil, principalmente nas instituições privadas, aumentando consideravelmente a oferta de vagas e número de matrículas. Hoff (1999) ressalta ainda alguns pontos como: a ampliação de demandas estudadas, a criação de novas subáreas de investigação, a sofisticação de metodologias e instrumentos de pesquisa.

Quanto a atuação profissional, se observou a atuação voltada para ações preventivas e para a promoção da qualidade de vida, o trabalho multidisciplinar, a expansão de campos de atuação, além da criação de inúmeras pós-graduações ao redor do país. Esses fatores, emergiam a necessidade de uma nova legislação, que teria que levar em consideração a repercussão desses movimentos, bem como, proporcionar espaço para movimentos futuros.

A preocupação com a atuação profissional ganhou destaque, não somente do aspecto interno, mas também do ponto de vista do impacto social da profissão. Com essa questão em evidência, Rudá, Coutinho e Filho (2015) recordam que a noção de diretrizes curriculares se iniciou na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em um documento proposto pela UFPE já ensejava a reestruturação dos cursos por meio de orientações, em substituição ao Currículo Mínimo. Se nos anos de 1970 as discussões acerca do modelo educacional já causavam debates fervorosos, na década de 1980 houve uma intensificação dessa discussão, reforçando ainda mais a urgência de novos caminhos para a formação de psicólogos. Nesse período podemos citar algumas experiências de reestruturação curricular nas Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Rudá, Coutinho e Filho (2015) lembram que se no primeiro momento após a regulamentação da profissão, as discussões acerca da formação rodeavam em torno da articulação da formação básica, da formação profissional e das especialidades, por volta de 1970, essas discussões abriram espaço para a preocupação com a qualidade da formação, mudando assim, o foco dos debates. Alguns fatores incentivaram essa mudança de foco, dentre eles podemos citar o gradativo aumento do número de matrículas nas universidades, o crescente número de psicólogos que se formavam a cada semestre, bem como a iminente saturação do mercado de trabalho. Devido a essa e outras questões, em 1971, foi aprovado a

lei que regulamentou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais, ambos marcam o processo de profissionalização da Psicologia no Brasil.

Após anos de discussão, o currículo mínimo foi substituído pelas Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC), aprovada pela Resolução Nº 8, de 7 de maio de 2004 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) e, posteriormente, revisada e reeditada pela Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011 pelo CNE/CES. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2018). A nova estruturação era baseada no perfil que se pretendia formar o profissional, regulamentava princípios e fundamentos, competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidos em torno de eixos estruturantes.

Hoff (1999) ressalta que as DNC foram organizadas através de uma estrutura que privilegia uma sequência e conteúdos articulados em princípios e fundamentos, que tem como objetivo orientar o planejamento, a implementação e a avaliação do curso de Psicologia. Assim as DNC possuem um núcleo em comum, baseados em competências e habilidades, sendo que so núcleo comum volta-se para o domínio de conhecimentos básicos e estruturantes da formação.

Os perfis da DNC baseiam-se na diferenciação e domínio de conhecimentos psicológicos e de áreas afins, bem como, na capacitação para utilizá-los em contextos distintos. Uma vez definida a estrutura geral, determinou-se os limites e possibilidades que as próprias instituições configurassem o seu projeto, levando em consideração as condições institucionais e o contexto regional. Desse modo, os cursos de Psicologia, podem apresentar diferenças em relação a escolhas de ênfases, competências e habilidades específicas, em algumas regiões do país.

Assim, as DNCs constituem um marco importante para a Psicologia Brasileira, pois se apresentam como símbolo de mudança na formação do psicólogo, uma vez que reconhece o fenômeno psicológico como multideterminado, contextualizado historicamente e culturalmente. Também reconhece a diversidade de orientações teórico-metodológicas da Psicologia e a diversidade de suas práticas, de seus processos de trabalho e dos contextos de sua inserção profissional (BRASIL, 2018).

Em nossa análise comparativa entre o sistema de Currículo Mínimo e as Diretrizes Curriculares Nacionais, evidenciamos o quanto a Psicologia brasileira vem vivendoum processo de mudança e atualização em seus cursos de Formação de Psicólogos, buscando uma formação qualificada para os futuros profissionais. Apesar dessas transformações ao longo dos anos, a formação atual ainda apresenta lacunas que podem e devem ser discutidas,

visando o aprimoramento. Não foi por acaso que o ano de 2018 foi eleito pelo Conselho Federal de Psicologia como o ano de Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia, como meio de ampliar os questionamentos sobre a formação profissional do psicólogo brasileiro.

CAPÍTULO III

6 MOVIMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL

No primeiro capítulo discutiremos o processo de desenvolvimento da Psicologia em solo brasileiro, a partir das primeiras ideias psicológicas trazidas para o Brasil Colônia; a importância das Faculdades de Medicina para o desenvolvimento da Psicologia brasileira e o surgimento dos primeiros Laboratórios de Psicologia. Abordaremos também o movimento da Psicologia voltada para o âmbito escolar, desenvolvido nas Escolas Normais e, por fim, a implantação da disciplina Psicologia no Ensino Superior.

No segundo capítulo fizemos um breve panorama da formação profissional do psicólogo, destacando elementos importantes desse processo, bem como as nuances que antecederam e sucederam as diretrizes para a formação dos cursos de Psicologia e sua regulamentação da profissional. Antes de iniciarmos a discussão acerca da contribuição do pensamento Fenomenológico-Existencial no desenvolvimento da Psicologia, convém falarmos brevemente da clínica psicológica, que foi a primeira área da Psicologia a receber a influência do pensamento Fenomenológico-Existencial.

Segundo Moreira, Romagnoli e Neves (2007) Hipócrates foi o primeiro estudioso a fazer uso da observação clínica, criando o processo conhecido hoje como anamnese, considerando-a a primeira etapa do exame médico, este também inaugurado por Hipócrates como um caminho clínico para se obter dados para a elaboração do diagnóstico e do prognóstico. Apoiado nesses três procedimentos metodológicos, observação, anamnese e exame, Hipócrates descreveu mais de quarenta e cinco enfermidades. O impacto causado pela repercussão desses trabalhos Hipócrates passou a ser considerado o pai da Medicina.

Quanto ao nascimento da clínica, temos na figura de Foucault um dos principais teóricos dedicados a estudar suas multifaces, bem como seu caráter social e político. Foucault (1987) menciona que o final do século XVIII e o início do século XIX forneceram um cenário científico, político e social favorável ao desenvolvimento da Medicina moderna e de suas práticas clínicas. Moreira, Romagnoli e Neves (2007) corroboram com Foucault (1987) ao destacarem o século XIX como um dos mais importantes para ciência médica, impulsionados pelas importantes descobertas feitas pela Biologia e pelo surgimento da aparelhagem necessária para o surgimento da instrumentalização médica.

Conforme Schneider (2002) a clínica vai muito além de uma prática médica pautada no exame biológico do paciente ou em ações restritas aos estudos de caso. Na visão da autora, a clínica caracteriza-se como uma área de produção científica e de elaboração de uma práxis, possuindo evidentes reflexos e profundo desdobramento na cultura contemporânea. Através da união entre o conhecimento científico e o desenvolvimento de tal práxis, a clínica médica segue em direção à minimização do sofrimento do paciente. Para tanto, fundamenta-se na investigação sistemática e detalhada do adoecimento, bem como na definição do estado de saúde/doença de cada caso clínico, analisando o contexto de vida do paciente. Após esse processo minucioso, serão obtidos os resultados que muitas vezes ultrapassam o caráter individual, uma vez que esses fenômenos apresentam uma dimensão coletiva.

Nesse cenário de apogeu da medicina, surgiram diversas especialidades médicas, cada uma delas dedicada a um objeto de estudo específico. Dentre estes, o surgimento da Psiquiatria. Segundo Schneider (2002) a Psiquiatria obteve reconhecimento como disciplina autônoma no século XVIII, por meio das pesquisas realizadas pelos psiquiatras, como Pinel, Tuke, Rush, que realizaram as primeiras classificações nosológicas. Aquilo que hoje chamamos de Transtornos Mentais, decorre de uma sucessão de modulações conceituais do termo que, anteriormente, chamava-se de doença mental.

Tais classificações tomaram como base a abordagem empírica, que dominava o conhecimento científico da época. Nesse cenário, a França tornou-se o país pioneiro nos estudos psiquiátricos, ganhando espaço nos Hospitais Gerais de Salpêtrière e o Bicêtre, ambos localizados em Paris.

Moreira, Romagnoli e Neves (2007) relembram que, Freud, o fundador da Psicanálise, surge essa nova prática, no âmbito da Medicina. Além de inovar com uma tentativa inicial de incluir e de buscar compreender os transtornos mentais, com essa iniciativa, Freud promoveu um deslocamento na relação poder/saber, invertendo o lugar do poder, onde o médico não detinha mais o saber, mas sim o paciente.

No tratamento psicanalítico, o analista caracteriza-se como um facilitador. Nele o paciente tem voz, tornando-se um ativo. Com essas características, Freud inaugurou um novo modelo de prática clínica, revolucionando o modelo médico de sua época e abrindo portas para novas mudanças. Conforme Schneider (2002), o próprio Freud, chegou a nomear seu método como Psicologia Clínica, daí em diante surgiram novas abordagens para compreender o homem através dessa nova prática. De acordo com Figueiredo (1991) a denominação Psicologia Clínica foi utilizada pela primeira vez em 1896, por Witmer ao mencionar

procedimentos de avaliação em crianças portadoras de deficiências físicas e mentais. Foi assim, que no final do século XIX abriu-se o espaço psicológico no âmbito da saúde.

Segundo Schneider (2002), a Psicologia Clínica, em alguns momentos se opõe ao método experimental, seguindo seus próprios princípios. Nesse caminho controverso e cheio de paradoxos, a clínica psicológica construiu sua história, apesar do seu início lento e conturbado. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Psicologia ganhou destaque e vislumbrou um maior avanço devido, principalmente, a uma maior aproximação com a Medicina e o desenvolvimento do psicodiagnóstico que foi rapidamente assimilado pela sociedade.

A partir desses acontecimentos, como menciona Teixeira (1997), a Psicologia Clínica logo ocupou seu espaço na sociedade, tendo em vista que o contexto existencial do pós-guerra necessitava urgentemente dos serviços psicológicos. Atualmente a Psicologia Clínica desdobra-se em diversas abordagens teóricas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia. Dentre elas destacamos a Psicologia Fenomenológico-Existencial. Após esse breve levantamento acerca da Psicologia Clínica, torna-se indispensável discutirmos acerca do movimento Fenomenológico-Existencial e seus desdobramentos.

O termo Fenomenologia-Existencial tornou-se muito utilizado no Brasil e, frequentemente, surgem novos textos e artigos que se remetem a esse termo como base de sua fundamentação teórica. Mas o que realmente significam os termos: Fenomenologia, Existencialismo e Fenomenologia-Existencial? Ou ainda, em que diferem o Humanismo e a Fenomenologia-Existencial? Há uma homogeneidade dessas práticas ditas Fenomenológico-Existenciais? Como diferenciá-las? Esses são alguns questionamentos que acompanham nossa carreira acadêmica e que são desenvolvidos neste capítulo.

Sabemos que a aproximação entre Psicologia e Fenomenologia seguiu um caminho difícil, em virtude dos diferentes modos de se conceber a essência humana. Cada diferente concepção de essência humana dá margem para o surgimento de uma nova construção conceitual que se propõem a explicar o homem em perfeita sintonia com seu próprio conceito de essência. Assim surgiram várias Psicologias. Cada qual muito bem fundamentada por estar em perfeita sintonia com seu conceito de essência. A dificuldade se evidencia quando nos deparamos com a questão principal: não existem vários homens. O homem é um só. Mas sendo assim, como podemos aceitar e legitimar teorias diversas e, muitas vezes divergentes, apesar de serem seriamente constituídas, para explicar o mesmo homem?

È exatamente nesse ponto que a contribuição do pensamento Fenomenológico-Existencial se mostra mais importante, por trazer para a Psicologia a proposta de uma reformulação metodológica que se resume na substituição do modelo teórico-explicativo pelo um modelo descritivo-compreensivo. E quais seriam as implicações dessa mudança metodológica? Substituir o modelo teórico-explicativo pelo descritivo-compreensivo implica diretamente em questionar o hibridismo original sobre os quais os conceitos teóricos da Psicologia foram edificados. Implica também na desconstrução da possibilidade de se formular diversas concepções de essência humana. Isso porque o modelo teórico-explicativo parte legitimamente de posicionamentos ontológicos prévios, ou seja, o autor da teoria parte inicialmente de uma hipótese e desenvolve uma elaborada construção teórica que visa confirmá-la.

Para entendermos essa questão, precisamos retomar o contexto filosófico no qual os primeiros questionamentos acerca das Filosofias da subjetividade começaram a surgir. Lessa (2011) nos lembra que o advento do positivismo e a aproximação entre Ciência Natural e conhecimento rigoroso, culminou na convicção dos pressupostos oriundos das Ciências Naturais como verdades incontestáveis que passaram a referenciar, expressivamente, o modo de realização de todo o saber da época, inclusive o saber psicológico.

Segundo Feijoo (2011) até final do século XIX havia o predomínio da máxima do cogito cartesiano, da separação entre sujeito e objeto. Sendo assim, a concepção do sujeito moderno, baseado em uma subjetividade egoica segura de si, de uma consciência ou, mais precisamente, de um eu substancializado, apartado do mundo, e que apenas em um segundo momento se relaciona com este mundo, tornou-se insuficiente para explicar a existência humana.

Na tentativa de corrigir distorções metodológicas que promoviam o inevitável afastamento entre o homem e as Ciências Humanas, em meio ao cenário de incertezas, próprio do final do século XIX, surgiu a Fenomenologia de Edmund Husserl e a Hermenêutica de Wilhelm Dilthey. Embora não tenham trabalhado de modo coordenado, esses autores, cada um a seu modo, empenharam-se no mesmo propósito: propor uma metodologia que fosse, ao mesmo tempo, científica e adequada a trabalhar com os fenômenos humanos. A denúncia era a mesma: os fenômenos humanos divergem, em essência, dos fenômenos da natureza e, portanto, devem ser trabalhados obedecendo a procedimentos metodológicos diferentes, próprios da natureza essencial de cada fenômeno.

De acordo com Lessa (2011) apesar de Husserl e Dilthey terem seguido caminhos distintos, ambos compartilhavam, cada um com o seu olhar, das mesmas reflexões da época que serviram como plano de fundo para ebulição de suas idéias. Nas palavras do autor:

Ambos experimentaram na própria pele a crise que abalou todos os alicerces da Filosofia de sua época: a crise do comportamento teórico em geral. Essa crise culminou com a falência do modelo explicativo como princípio norteador da Filosofia, trazendo o risco da absolutização das Ciências Naturais como as únicas efetivamente capazes de veicular algum conteúdo de verdade sobre os fenômenos. Justamente, esse risco despertou em Husserl e Dilthey a necessidade, daí decorrente, de lutarem contra tal absolutização no âmbito das Ciências Humanas que emergiam na época. (LESSA, 2011, p. 28)

Nesse contexto de ascensão do modelo teórico-explicativo, no qual a maioria dos constructos teóricos da Psicologia foram forjados, Feijoo (2011) ressalta que grande parte do conhecimento psicológico da época tinha como referência o Cogito Cartesiano e os princípios das Ciências Naturais. Assim, baseado principalmente na noção de sujeito nuclear, a Psicologia passou a produzir verdadeiras cartografias acerca do eu, em uma tentativa de demarcação e encapsulamento do homem.

Com o surgimento da Fenomenologia, a Psicologia se deparou com um novo olhar acerca do homem, que se opunha ao modelo teórico-explicativo e ao encapsulamento do homem. Husserl e Dilthey apresentavam-se como uma segunda via de pensamento, proporcionando, para a Psicologia e para as Ciências Humanas em geral, a possibilidade de fazer ciência com outra metodologia. Uma metodologia diferente daquela utilizada nas Ciências da Natureza, mas adequada e própria para as Ciências Humanas.

Segundo Holanda (1997) a Fenomenologia simboliza um marco na história da Filosofia, sendo comparada a autênticas “revoluções paradigmáticas” assim como a socrática, a cartesiana e a kantiana. Sua importância caracteriza-se primordialmente pelo resgate da subjetividade na Filosofia e nas demais Ciências Humanas. Assim, a inclusão e a utilização, do método fenomenológico na Psicologia tornou-se de fundamental relevância para compreendermos a amplitude e a totalidade dos fenômenos humanos.

Colpo (2013) compreende que Edmund Husserl (1859-1938), ao propor um método de fundamentação da Filosofia como ciência rigorosa, tinha como finalidade resgatar a fidedignidade da Filosofia, frente ao categórico pensamento científico da época, embasado pelo determinismo e pelo caráter explicativo que se tornou a base e o fundamento das teorias psicológicas entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Nessa perspectiva, compreendemos que a proposta da Fenomenologia de Husserl aparece, acima de tudo, como um corte epistemológico no modo de se conceber a Psicologia, uma vez que, formulou duras e consistentes críticas às teorias psicológicas de seu tempo. Em outras palavras, Husserl pautou sua Fenomenologia em oposição ao psicologismo, que possuía grande destaque na época. Desse modo, a Fenomenologia diverge das teorias cognitivistas e explicativas. Como menciona Colpo (2013), Husserl se utilizava de fundamentos epistemológicos, com bases lógicas e evidências apodíticas, o que revelava o profundo rigor de seu método.

Na Fenomenologia Husserliana, esse eu demarcado encapsulado, próprio do Cógito Cartesiano, perde seu vigor epistemológico e é substituído pelo conceito de intencionalidade, onde coabitam eu e mundo, de modo relacional e inseparável. Assim, só podemos vislumbrar a noção consciência a partir da relação entre o eu e o mundo. “Não podemos pensar em uma consciência encapsulada, interna a um sujeito.” (COLPO, 2013, p. 103). Apesar do impacto da Fenomenologia no meio acadêmico, Husserl não foi o primeiro a pensar desse modo, antes dele o filósofo e psicólogo alemão Franz Brentano (1838-1917) já havia levado em consideração a percepção, o juízo, o desejo e a imaginação como atos relacionais, havendo, portanto, uma intencionalidade dos atos da consciência.

Se observarmos com profundidade perceberemos que a Fenomenologia e a Psicologia Explicativa estudam os mesmos fenômenos, mas com visões distintas e modos diferentes de conceituá-los. Quanto a essa questão, AmatuZZi (2009) menciona que a Fenomenologia estuda fenômenos como a percepção, a imaginação, a linguagem, a relação inter-humana ou os estudos da mente, ela está se dedicando ao mesmo campo de estudo da Psicologia, mas, na visão de Husserl, a Psicologia possui uma visão positivista, atravessada por mensurações e separação entre sujeito e objeto. Em contrapartida, a Fenomenologia compreende esses fenômenos enquanto vivências. Nesse ponto, a Fenomenologia não se aproxima dessa Psicologia positivista, mas proporciona uma reflexão acerca de seus modelos de construção, seus fundamentos, questionando seus limites.

De acordo com Holanda (1997) além de sua enorme contribuição acadêmica, a Fenomenologia como método possibilitou o surgimento de outra grande corrente filosófica: o Existencialismo, com todas suas ramificações e diversificações. Gomes e Castro (2010) mencionam que o método fenomenológico foi utilizado posteriormente por Heidegger com algumas alterações para a analítica da existência. Outro grande pioneiro em utilizar o método

foi o filósofo Karl Jaspers no livro *Psicopatologia Geral*, inaugurando o método fenomenológico na clínica médica, estabelecendo um novo olhar na psicopatologia.

Assim, Husserl tornou-se, no século XX, um divisor de águas, influenciando grandes nomes da Filosofia como Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, dentre outros. Na Psicologia não foi diferente, influenciou de modo geral o desenvolvimento do Humanismo em todas suas abordagens.

Segundo Tenório (2003) a corrente Existencialista nasceu oficialmente com a publicação de *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger em 1927. Mas, antes de sua publicação o filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard (1813-1855) já intuía reflexões acerca da existência e seus desdobramentos. Assim, na Filosofia da Existência temos grandes nomes, além dos citados acima fazem parte desse cenário: Jean-Paul Sartre, Karl Jaspers, Gabriel Marcel, Martin Buber e Emmanuel Lévinas. Na Literatura encontramos representantes como: Fiódor Dostoiévski, Leon Tolstói, George Sand, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, Guimarães Rosa, Fernando Pessoa, Lygia Fagundes Telles.

Feijoo (2008) ressalta que a obra de Kierkegaard, Heidegger e Sartre se posiciona frente à complexidade da existência humana, em uma postura bem diferente da perspectiva científica da época, entendendo que o modelo científico utilizado pelas Ciências Naturais não consegue abarcar a existência, nem mesmo através das Filosofia idealista. Desse modo, os filósofos supracitados elaboraram suas obras afastando-se dos preceitos do método Teórico-Explicativo, referenciando-se no modelo Descritivo-Compreensivo.

Assim, Kierkegaard, Heidegger e Sartre, cada um a seu modo, buscaram outros meios para compreender a existência humana. Como menciona Feijoo (2008) Kierkegaard aborda questões acerca do abandono da realidade em direção a busca da realidade concreta; Heidegger sugere pensar no sentido ao invés do ser; Sartre contrapõe-se às “verdades eternas” da Filosofia e convida para a reflexão minuciosa da realidade como ela se apresenta. Desse modo, cada um deles abordou temas relacionados a existência humana, como: angústia, liberdade, decisão, finitude, sentido, dentre outros.

Dos filósofos existencialistas mencionados acima, chamamos atenção para Martin Heidegger (1889-1976), filósofo alemão, que estudou e trabalhou com o fundador da Fenomenologia, Edmund Husserl (1859-1938) cerca de dez anos, sucedendo-o na Cátedra da Universidade de Freiburg em 1928. Apesar da aproximação, Heidegger, divergia de Husserl em alguns pontos, levando-o a afastar-se de sua orientação em buscar do próprio caminho, partindo na direção da compreensão da existência e do sentido.

Desse modo, na presente pesquisa encontramos na obra de Heidegger sustentação teórica para alcançarmos nossos objetivos, uma vez que, o referido autor apresenta uma visão de homem e de mundo que nos contempla. Segundo Teixeira (2003) Martin Heidegger apresenta em sua Filosofia a questão do ser como reflexão básica da ação humana, chamando atenção para a elucidação ontológica em seus aspectos gerais. Compreende que para alcançar tais objetivos, só seria possível através do método fenomenológico. Assim, Heidegger (2015) nos indica que os fenômenos só se anunciam na presença do ser-aí, ao qual chamou de Dasein.

Feijoo (2002) pontua que apenas pelo exame reflexivo do existente alcançaria à noção do ser. Segundo ela, a reflexão de Heidegger começa com a análise do Dasein (sein = presença, da = aí), traduzido, também, por pre-sença. Mediante essa denominação, Heidegger almeja substituir a palavra sujeito, que alude uma definição voltada para o fechamento, por uma expressão que indica o ser em relação e de abertura.

Nessa perspectiva, Dutra (2013) descreve o pensamento heideggeriano, como um horizonte de abertura de sentidos, que se contrapõe a qualquer prescrição, objetividade e previsibilidade como prescreve a epistemologia das Ciências Naturais, que toma como base a concepção de sujeito moderno, iniciada no cogito cartesiano. Feijoo (2004) ainda evidencia o ser-aí como o ser lançado em um mundo, cuja mera presença acarreta na possibilidade completa e total de sua existência. Nas palavras da autora:

Existir, enquanto dasein ou pre-sença, implica em não ser passível de objetivação. Insistir em falar do sujeito ou de um “eu” fechado para determinar o homem faz com que se perca a compreensão de sua essência fundamental, pois a presença constitui-se como algo que se sustenta no âmbito da abertura do mundo. Ao se tentar aprisioná-la, tal essência permanecerá oculta (FEIJOO, 2004, p. 91).

Monteiro et al (2006) corroboram com essa perspectiva, ao ressaltar que Heidegger, em Ser e Tempo, apresenta uma nova leitura acerca do ser do homem, na qual o homem não se separa do mundo, pois essa separação significaria a ruptura entre o sujeito e o objeto. No pensamento heideggeriano, o mundo não se caracteriza como um espaço topográfico, mas reflete e compreende as diversas formas de se relacionar e viver.

De acordo com Sá e Mattar (2008), pensar em uma Filosofia da Existência tem como proposta principal discutir um novo modo de compreender o homem, diferente daquele no qual a Psicologia científica se pauta, quando reduz o homem a um fenômeno natural utilizando, equivocadamente, o modelo teórico-explicativo. Deslocando-se da ideia de que o

ser do homem pode ser compreendido por meio de sistemas, abdicando da ideia de um psiquismo que se constitui como substância, sendo detentor de mecanismos e que, a partir deles, se poderá conhecer seu funcionamento. Todas estas características convergem para uma concepção de que há um eu encapsulado.

Em oposição a este modo de pensar, Heidegger (2012) parte da ideia de que o homem está sempre em devir, tomado como um ser de abertura de horizontes e de possibilidades. Portanto, não sendo passível de definição prévia, uma vez que sua existência tem um caráter indefinido e indeterminado.

Deste modo, Heidegger (2015) afasta-se da compreensão de ser humano, arquitetada pela Psicologia Explicativa, que segue o modelo metodológico próprio das Ciências Naturais. Ambas possuem visões distintas acerca do ser do homem. A Psicologia Explicativa idealiza um homem objetivável, usando como referência o modelo explicativo das Ciências Naturais, enquanto Heidegger (2012) defende a proposta de Dilthey (2011) de uma metodologia específica para as Ciências Humanas, na qual o compreender as singularidades se mostra mais apropriado do que o explicar as generalidades.

Após, discutirmos a diferença entre os modelos das Ciências Naturais e das Ciências Humanas, vamos nos ater a diferença entre a Psicologia Fenomenológica e a Existencial. Distinção essa, necessária para compreendermos o termo Fenomenologia-Existencial, o qual utilizamos nesta pesquisa.

De acordo com Evangelista (2016) os existencialistas utilizaram o método fenomenológico como método de apoio para nortear sua Filosofia. Nesse sentido podemos dizer que os existencialistas são fenomenólogos, mas não o inverso. Em outras palavras, não podemos dizer que os fenomenólogos apresentam necessariamente características existencialistas. Desse modo, torna-se comum empregar a expressão Psicologia Existencial e a Psicologia Fenomenológico-Existencial, como sinônimos, diferenciando-a da Psicologia Fenomenológica.

De acordo com Roehle (2006) a publicação da obra *Ser e Tempo*, em 1927 por Martin Heidegger tornou-se a base para o desenvolvimento do que chamamos de Psicologia Fenomenológico-Existencial. Assim, com a publicação de *Ser e Tempo*, Heidegger une o pensamento fenomenológico com os questionamentos acerca da existência, englobando aí duas grandes esferas do pensamento humano: a Filosofia e a Psicologia, que posteriormente ficou conhecido como Movimento Existencialista, disseminado pelo filósofo francês Jean Paul Sartre (1905-1980).

Segundo Evangelista (2016) apesar de haver farta bibliografia trazendo em seu âmago, as Psicologias Fenomenológica e Existencial pouco se encontra na literatura, uma sistematização e diferenciação das inúmeras abordagens que se apresentam utilizando os termos Fenomenologia, Existencialismo ou ainda ambos, como o caso da presente pesquisa.

Nessa perspectiva, Villegas (1988) comenta que sob o solo da Fenomenologia e do Existencialismo diversos modelos terapêuticos foram desenvolvidos e podem ser compreendidos de modo genérico como Psicoterapias Existenciais. Teixeira apud Jonckheere (1989) corrobora com essa compreensão ao ressaltar que muito se produz em Fenomenologia, Existencialismo, Psicologia e Psicopatologia.

Teixeira (2006) pontua que o pensamento fenomenológico-existencial não se desenvolveu homogeneamente, pois cada pensador que seguiu os passos de Husserl, o fez a seu modo, incluindo no trabalho suas nuances singulares sem contudo, se afastar da compreensão fundamental acerca do homem e do mundo e do mesmo horizonte filosófico.

Nesse contexto, onde o termo fenomenologia-existencial coabita com divergências nem sempre dissonantes, encontramos os textos de Teixeira (2006) e Giovanetti (2017) que buscam uma sistematização para melhor compreensão desse movimento. Ambos concordam claramente que há dois caminhos na Psicologia Fenomenológico-Existencial: o europeu e o norte-americano.

No artigo denominado Introdução à Psicoterapia Existencial, publicado por Teixeira (2006), o autor nomeia esses dois caminhos: psicoterapia experiencial (norte-americana) e a psicoterapia existencial (européia). As distinções podem ser observadas quanto aos objetos, objetivos e propostas e/ou modelos de intervenção.

Na leitura desse artigo publicado por Teixeira (2006), compreende que o grupo denominado das psicoterapias experienciais (humanistas) engloba, principalmente, a Terapia Centrada na Pessoa (ACP) de Rogers, a Gestalt-Terapia de Perls e a Análise Bioenergética de Reich. Também inclui autores como Abraham Maslow, Rollo May, Irvin Yalom e Kirk Schneider. Tais abordagens surgiram nos Estados Unidos e utilizaram como referência os pensamentos de Kierkegaard, Buber e William James. Desse modo, a psicoterapia experiencial chama atenção para a vivência atual, colocando em foco a autodescoberta e o autoconhecimento, direcionados ao crescimento pessoal.

No campo das psicoterapias existenciais, Teixeira (2006) menciona que estas foram influenciadas pelo pensamento de Husserl, Heidegger e Sartre e têm como objetivo a “construção mais autêntica e significativa da sua própria existência” (TEIXEIRA, 2006, p.

289). O conceito de existência e autenticidade tornam-se a base desse grupo de psicoterapias. Lembrando que autenticidade aqui corresponde a apropriar-se da própria existência. Assim, temos seis modalidades de psicoterapia existencial, a saber: Dasein-análise, Logoterapia, Psicoterapia Existencial-humanista norte-americana, Psicoterapia Existencial britânica, psicoterapia existencial breve e a psicoterapia existencial sartreana.

Apesar de apresentarem diferenças, tanto a psicoterapia experiencial e quanto a existencial, utilizam o método fenomenológico em suas diversas abordagens. Evangelista (2016) refere que ambos os termos são tomados como sinônimos, resultando em uma atitude compreensiva, descritiva que contesta à interpretação, à teorização e à explicação. Ambas consideram a experiência do paciente tal como foi vivenciada.

Em busca da sistematização dessas abordagens, Giovanetti (2012) também compreende que há dois caminhos, o norte-americano e o europeu. Para o autor a tradição americana abrange a Psicoterapia Humanista-Existencial, com destaque para ACP e a Psicoterapia Existencial de Carl Whitaker e Thomas Malone, e a Psicoterapia Fenomenológica-Existencial de Rollo May e Eugene Gendlin. Na década de 1980 e 1990 temos grandes nomes como Irvin Yalom e Salvador Maddi.

Quanto a Tradição Europeia, possuem autores poucos conhecidos no Brasil, Giovanetti (2017) menciona que as mais populares são a Psicoterapia Fenomenológica-Existencial (Binswanger e Boss) e as Psicoterapias Antropológicas, como a Logoterapia (Frankl) e Psicoterapia Antropológica-Fenomenológica (Weizsacker, Christian e Brautigam). Temos ainda as Psicoterapias Antropológicas de 1980 e 1990: Psicoterapia Dialytica (Lous Cencillo) e Psicoterapia Antropológica Interativa (Dieter Wyss).

Uma vez feita a distinção entre psicoterapia experiencial e psicoterapia existencial, ressaltamos que esta pesquisa se fundamenta na perspectiva da psicoterapia existencial, visto que se aproxima especialmente do pensamento de Heidegger.

De modo geral, Teixeira (2006) compreende o movimento Fenomenológico-Existencial nas suas duas modalidades, compartilha o entendimento que não se trata de técnicas de cura dos transtornos mentais, mas sim de intervenções com o intuito de auxiliar no crescimento pessoal e facilitar a construção de um modo mais autêntico de existir, assumindo livremente seu modo de estar no mundo. Nessa compreensão o indivíduo, e não o transtorno mental, torna-se o centro da experiência clínica, visando conseguir realizar escolhas autênticas e significativas.

Como podemos observar, ao longo da sistematização das correntes que compõe o movimento Fenomenológico-Existencial elaborada por Teixeira (2006) e Giovanette (2017), algumas abordagens foram nomeadas como Psicoterapias Existenciais-Humanistas. Porém, convém ressaltar que Lessa (2012) faz uma distinção dos termos Existencial e Humanista e aponta seu uso inadequado, considerando-o como uma contradição performática.

Segundo Teixeira (2012) existe uma diferença clara entre as abordagens humanistas e existenciais, a primeira se embasa na vivência do cliente e não se aproxima da definição de existência, enquanto a última se apoia no método fenomenológico e na Fenomenologia-Existencial para compreender o homem como este se apresenta, além de recorrerem ao conceito de existência, oriundo do pensamento de Heidegger e Sartre.

Evangelista (2016) parece concordar com o autor supracitado, uma vez que, compreende as abordagens humanistas com uma matriz vitalista e naturalista, que vislumbra o ser humano que tende ao crescimento e à autorrealização. Ao passo que as abordagens existenciais possuem uma matriz fenomenológica e existencialista.

Nos estudos de Lessa (2012) encontramos uma discriminação clara acerca desses dois movimentos. De acordo com o autor, a tendência de associação entre os termos Existencial e Humanista sob a designação de Psicologia Existencial-Humanista mostra-se problemática em diversos aspectos. A princípio trata-se de contingências históricas, não apresentando necessariamente uma relação em si, muito menos um pensamento consistente.

Estudando com profundidade as características básicas do Humanismo, observamos que o mesmo traz em seus fundamentos uma perspectiva metafísica, pois todo humanismo já possui uma definição prévia do homem. Assim, “todo humanismo precisa definir anteriormente o ser do homem, para que possa, em seguida, partir para a demarcação dos valores humanos a serem preservados e para a instauração do horizonte propriamente dito de seu trabalho de preservação de tais valores.” (LESSA, 2012, p. 342)

Dito de outra forma, Lessa (2012), compreende que todo humanismo necessita trabalhar com hipostasias referentes ao posicionamento ontológico do ser do homem. Essas hipostasias em seu íntimo tornam-se inconciliáveis com o pensamento existencial. Nesse caminho, com a leitura de Heidegger (2015) compreendemos que o termo existência refere-se ao processo de existir, que se dá em um contínuo vir a ser, o que implica, justamente, na impossibilidade de uma determinação prévia do ser do homem, fixando-o em um modo de ser específico. Ou seja, o homem caracteriza-se por uma condição existencial marcada, fundamentalmente, por indefinição e indeterminação.

Evangelista (2016) ressalta que o surgimento da Fenomenologia-Existencial em terras brasileiras data de 1910 através dos estudos do cearense Raimundo Farias Brito e posteriormente nas pesquisas de Nilton Campos. Devido à força do movimento Existencial na Europa e conseqüentemente no Brasil, grandes nomes da tradição francesa como Gabriel Marcel e Jean Paul Sartre visitaram o país. Tivemos a visita também do psicólogo americano Carl Rogers em 1977. De acordo com Evangelista (2016) Heidegger foi o responsável por unir a Fenomenologia e a perspectiva Existencial. Daí em diante, houve várias ramificações e desdobramentos em novas abordagens.

No Brasil, essa leitura chegou de modo equivocado, uma vez que, os primeiros pesquisadores deram a entender que se tratava de um mesmo movimento. Assim, deu-se origem a uma confluência conceitual dessas abordagens, fazendo-se presente deste o campo filosófico não somente a Fenomenologia e o Existencialismo, mas estendendo-se também até as abordagens humanistas, como ACP e Gestalt-Terapia, dentre outras. No Brasil, temos grandes nomes pertencentes ao movimento Fenomenológico-Existencial, a saber: Adriano Furtado Holanda, Ana Maria Calvo Feijoo, Elza Maria do Socorro Dutra, Jadir Machado Lessa, Marco Antonio Casanova, Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista, Roberto Novaes de Sá, Yolanda Cintrão Forghieri. E no movimento Humanista Mauro AmatuZZi, Hiriette Tognetti Penha Morato.

Essa confluência de abordagens e a indiferenciação de cada uma produziu algumas contradições performáticas na divulgação do conjunto da obra no Brasil, onde muitas pesquisas e práticas clínicas são incluídas como pertencentes a esse movimento, independentemente de uma avaliação conceitual rigorosa. O presente capítulo buscou esclarecer certas questões teóricas, descrevendo brevemente as características de cada corrente desse movimento, procurando respeitar seu lugar e aporte teórico.

CAPÍTULO IV

7 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo se trata de pesquisa qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2006), caracterizada como uma abordagem interpretativa do mundo. Com ela, os pesquisadores se dedicam a estudar e compreender os fenômenos e seus desdobramentos. Como menciona Creswel (2007) na pesquisa qualitativa compreende-se o ambiente como fonte direta dos dados, tornando o pesquisador o principal instrumento da pesquisa.

Diante do cenário de leis e diretrizes que marcam a regulamentação dos cursos de Psicologia no Brasil, optamos por utilizar como orientação metodológica a pesquisa documental. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) o uso de documentos em pesquisa possui grande relevância científica, pois, deles podemos extrair informações pertinentes, ampliando a compreensão histórica e sociocultural do fenômeno estudado.

Na compreensão de Lemos et al (2010) os documentos constituem os registros da história e de seus desdobramentos. Desse modo, para pesquisar o registro histórico da formação de psicólogos no Brasil trabalhamos com documentos oficiais, como a Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, o Currículo Mínimo, Diretrizes Curriculares e Grades Curriculares. E para atingirmos nosso objetivo geral partimos da história da implantação da Psicologia em todo território nacional, com ênfase na Bahia e Rio de Janeiro onde essa inserção se deu com maior intensidade, chegando por último ao contexto específico do estado do Maranhão para identificarmos as contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia. Para tanto, utilizamos as grades curriculares dos cursos de Psicologia do estado.

Entendemos que essa modalidade de pesquisa produz os subsídios necessários para pesquisar as contribuições da Psicologia fenomenológico-existencial na formação dos psicólogos do Maranhão. A questão evidenciada aqui não se destina a fazer um raciocínio judicativo, atribuindo valores morais aos modelos adotados pelas grades curriculares, mas sim, questionar se as grades curriculares contemplam uma múltipla compreensão do homem, expressa em suas diversas abordagens.

7.1 Aspectos Históricos da Psicologia no Maranhão

Tendo em vista que a ênfase da pesquisa visa identificar as contribuições da Psicologia Fenomenológico-Existencial no Maranhão, discorreremos, inicialmente, com informações gerais sobre nosso estado, a fim de contextualizar o cenário onde se dá a pesquisa. A seguir, faremos um breve resumo do desenvolvimento da Psicologia no Maranhão.

O Maranhão situa-se na região Nordeste do Brasil, possui limites ao norte com o Oceano Atlântico, à leste Piauí, ao sul e sudoeste com o Tocantins e a Oeste com o Pará. Sua capital, São Luís, foi fundada pelos franceses em 8 de setembro de 1612, na ilha de São Luís. Caracteriza-se como o único estado da região Nordeste com cobertura pela floresta Amazônica, possuindo grandes áreas de preservação ambiental. O estado conta com 217 municípios, sendo, os cinco maiores: São Luís, Imperatriz, Timon, Caxias e Codó.

São Luís, também conhecida como Ilha do amor, cidade dos azulejos, Atenas brasileira e/ou Jamaica brasileira, foi declarada em 1997 como patrimônio histórico da humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

De acordo com o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 o Maranhão ocupava a posição de décimo sexto estado mais populoso do país, com cerca de 6.574.789 habitantes. Segundo o IBGE (2010) em 2018 haja uma ampliação para 7.035.055 habitantes. Sua economia se baseia na indústria de transformação de Alumínio, no extrativismo de coco do babaçu e Jussara; na agricultura, pelo cultivo de arroz, milho, soja e mandioca; na pecuária, principalmente pela criação bovina; e na atividade portuária, com destaque para o Porto do Itaqui, que esporta todo o minério de ferro extraído do Pará.

Quanto a origem do nome do estado, a literatura menciona que os índios, antes da chegada dos portugueses, chamavam o atual rio Amazonas de rio Maranhão. Além do destaque na indústria de Alumínio, o Maranhão possui relevância no turismo ecológico, religioso e cultural, apresentando a segunda maior extensão litorânea do país, superado apenas pela Bahia.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010, o Maranhão possuía índice de 0.639, ocupando a penúltima colocação dos piores IDH do país, perdendo apenas para o Pará, mas especificamente a cidade de Melgaço que possui o índice de 0.418, em seguida temos a cidade de Fernando Falcão com 0.443 em quanto a média nacional gira em torno de 0.759. Quando a educação, segundo o IBGE (2017) o Maranhão possui

1.197.628 matrículas no ensino fundamental e 3.185.15 no Ensino Médio ocupando a décima posição no ranking nacional.

No primeiro capítulo abordamos os primórdios da Psicologia no Brasil, inicialmente com as ideias psicológicas utilizadas pelos jesuítas e estudiosos da época, o emprego da Psicologia nas Faculdades de Medicina, a utilização da Psicologia na educação através das Escolas Normais e por fim, a entrada da Psicologia no Ensino Superior.

No Maranhão, o processo de desenvolvimento da Psicologia foi semelhante ao contexto nacional. Araújo (2014) lembra que o estudo da Psicologia esteve presente em diferentes contextos, foi justamente através desses campos que a Psicologia chegou no Maranhão. Cabe ressaltar que, devido às características oriundas do estado, como sua localização geográfica e a ausência de estudiosos dedicados aos fenômenos psicológicos, a Psicologia chegou tardiamente em terras maranhenses em comparação às demais regiões do país.

Carvalho e Marinho-Araujo (2009) comentam que a Psicologia no Maranhão, surgiu associada aos contextos religiosos, médicos e educacionais. Só aos poucos foi surgindo uma identidade do psicólogo enquanto profissional que conquista seu espaço no mercado de trabalho.

Araújo (2014) faz referência à rica contribuição do Padre João Miguel Mohana para o desenvolvimento da Psicologia no Maranhão. Mohana apresenta-se como pioneiro na História da Psicologia e da Psicanálise. Formou-se em Medicina em 1949 pela Universidade Federal da Bahia, atuou durante seis anos como pediatra na cidade de São Luís, paralelamente a Medicina, dedicava-se a atuação cultural como presidente da Ação Católica, reunindo novos talentos em diversas áreas culturais como teatro, música, cinema e literatura que, posteriormente, passaram a figurar no cenário nacional.

Nessa perspectiva, Araújo (2014) menciona que no auge de sua atuação profissional, Mohana decidiu seguir carreira como seminarista. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde ordenou-se sacerdote pelo Seminário Maior de Viamão, em dois de julho de 1960. Em posse das duas formações, Mohana expandiu sua atuação para além da capital São Luís, abrangendo todo o país e alguns países do exterior, através de suas palestras e livros. Em 1952 Mohana, teve destaque nacional por meio do livro *O Outro Caminho*, por esta obra recebeu da Academia Brasileira de Letras, o prêmio de melhor romance do ano publicado no país. Mohana, deixou um acervo de 44 livros, 15 mil palestras e 2 mil partituras.

Pe. Mohana como era chamado, compreendia que “o saber psicológico privilegiava a busca de um maior desenvolvimento do ser, através de uma psicologia baseada em reflexões sobre a vida. Tratava de assuntos do cotidiano, da intimidade humana, especialmente da incerteza, da dúvida”. (O IMPARCIAL, 1995)

Araújo (2014) ressalta que durante muitas décadas o saber psicológico esteve associado aos médicos-pediatras e aos psiquiatras. Com a fundação do Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues em 1941 (primeiro hospital psiquiátrico do Maranhão) o estado passou a acolher esse público, antes negligenciado. Quanto a educação, a autora menciona que, no Maranhão, assim como no contexto nacional, a Psicologia era oferecida como disciplina nas escolas públicas e particulares do 2º grau, especialmente nas Escolas Normais e para 1º a 4º série.

Durante muitos anos a Psicologia maranhense teve, na figura de Pe. Mohana, seu único representante. Carvalho e Marinho-Araujo (2009) chamam atenção para esse cenário, enfatizando que, apenas na década de 1970, chegaram os primeiros psicólogos a São Luís. Dos poucos profissionais que havia na cidade, a maioria atuava com foco na Psicologia Organizacional, tendo em vista que a cidade se caracteriza como polo industrial. Os demais se encontravam na área clínica.

Com o passar dos anos, surgiu a necessidade da implementação do curso de Psicologia em São Luís, que chegou tardiamente no estado, respectivamente nos anos de 1991 e 1998. Comparando-se ao cenário brasileiro, esse atraso fica visível, uma vez que a lei 4.119 foi regulamentada em 1962. Ou seja, somente 29 anos após a regulamentação da profissão de psicólogo em todo o território nacional, o Maranhão veio a ter seu primeiro curso. Sabe-se, também, que os profissionais que atuavam em São Luís, tinham formação em outros estados, vindos, principalmente, da Paraíba, Brasília e Pernambuco.

Como afirma Araújo (2014) na década de 1970 houve a primeira tentativa de formulação do primeiro projeto de criação de um curso de Psicologia, elaborado na Fundação Universidade do Maranhão (FUM), hoje conhecida como Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Contudo, apenas uma década depois, mais precisamente em 1980, foi iniciado o percurso que sucedeu a implementação do projeto. A década de 1990 inaugura a criação dos cursos de Psicologia no Maranhão. O surgimento desses cursos resultou em maior conhecimento a respeito dessa ciência e melhor qualificação do psicólogo.

A primeira turma do curso de Psicologia da UFMA teve início em 1991, porém, desde 1970 já havia sido formalmente instalado o Departamento de Psicologia. De acordo com

Araújo (2014) os docentes do departamento sentiam a necessidade de maior qualificação na área. Assim, surgiu a proposta de organizar eventos científicos como semana de Psicologia, palestras, seminários, cursos de atualização e especialização, oficinas como estratégia de qualificação dos docentes. Dentre esses eventos, a Semana de Psicologia obteve maior destaque, iniciando em 1981 e perdurando até 1990. Além de qualificação dos docentes, esses eventos despertaram a curiosidade da comunidade acadêmica maranhense acerca da Psicologia, favorecendo seu desenvolvimento no estado, bem como pressionando a reitoria para implantação do curso na UFMA.

Conforme Araújo (2014) antes da estruturação do curso de Psicologia na UFMA houve três tentativas para sua regulamentação. A primeira em 1971, liderada pelo professor João Pereira Martins, a segunda em 1977, nessa ocasião a Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa solicitou uma pesquisa de mercado de trabalho e demanda para o curso. A terceira ocorreu em 1986, solicitada pela Pró-Reitoria de Graduação, através de uma proposta simplificada para a criação do curso. Em 1987 o Departamento de Psicologia enviou o projeto oficial para a implementação do curso e, através desse documento, em 1990 foi criado o primeiro curso de Psicologia no Maranhão, sendo realizado em 1991 o primeiro vestibular.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2014) o curso de Psicologia da UFMA foi criado sob a administração do Reitor Jerônimo Pinheiro, com o Processo nº 000768/88-24, por meio da Resolução nº. 13/90 do CONSUN com habilitações para Bacharelado e Licenciatura. Havia na primeira turma cerca de 30 alunos, aprovados em vestibular, para o qual concorreram 567 candidatos. Nesse ano o curso de Psicologia foi o segundo mais disputado da Universidade.

O segundo curso de Psicologia no Maranhão teve um processo de regulamentação bem diferente do anterior. Oriundo da primeira instituição de ensino particular do Maranhão que, após mudanças no sistema de ensino superior, passou a se chamar Centro de Ensino Unificado do Maranhão que, posteriormente passou a ser conhecida como Universidade Ceuma ou UniCEUMA. De acordo com Araújo (2014) a Uniceuma justificou a implementação do curso de Psicologia tomando como base a crescente demanda do curso na UFMA. Na ocasião, oUniceuma levantou dados junto ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), e os dados mostraram que a UFMA dispunha de 30 vagas anuais, quantidade insuficiente para abarcar a demanda de todo estado.

Araújo (2014) menciona que em 17 de fevereiro de 1998, o relator YugoOkida visitou as acomodações do futuro curso de Psicologia da Uniceuma, aprovando as instalações, bem

como apoiando a tramitação do processo para a implementação do curso. Após a visita o relator foi simpatizante ao funcionamento do curso, com 100 vagas anuais, divididas em dois turnos (vespertino e noturno). Assim, a primeira turma teve início no primeiro semestre de 1999, seguindo as orientações da Resolução do Conselho Federal de Educação de 19 de dezembro de 1962, fundamentada no Parecer nº 403/62 da legislação que fundou o curso de Psicologia no Brasil.

7.2 Pesquisando a presença da Psicologia Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia no Maranhão

Inicialmente buscamos saber quantos cursos de Psicologia o estado possui. Essa informação foi encontrada no site do Ministério da Educação (2018) através do Sistema e-Mec, que registra que o Maranhão possui, atualmente, dez cursos de graduação em Psicologia. Esses cursos encontra-se distribuídos em três cidades, a capital São Luís possui oito cursos, a saber: Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade do Ceuma (UNICEUMA); Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU); Faculdade Pitágoras – São Luís; Faculdade Estácio – São Luís; Faculdade do Maranhão (FACAM-MA); Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) e Centro Universitário Centro de Ensino de Educação Dom Bosco (UNDB).

A Cidade de Imperatriz possui um curso de graduação, instalado no Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA), que possui como Mantenedora a Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA) e a cidade de Caxias também com um curso situado no Centro Universitário de Ciências e Tecnologias do Maranhão (UNIFACEMA).

Com esses dados podemos perceber que a capital São Luís representa o centro de desenvolvimento e formação de psicólogos do estado, apresentando uma maior concentração do número de cursos, revelando um desequilíbrio em relação as demais cidades. Em um estado com 217 municípios a Psicologia comparece, com seus cursos de graduação em apenas três.

Após a identificação da quantidade de cursos e localização dos mesmos, partimos em busca de suas grades curriculares. Iniciamos essa busca nos respectivos sites das Instituições de Ensino (IES). Nelas encontramos as grades curriculares de cinco cursos de Psicologia, a saber: UFMA, UNDB, UNINASSAU, UNISULMA e UNIFACEMA.

Como não foi possível encontrar as demais grades curriculares por meio dos sites das IES, tentamos contato através de ligação telefônica para a coordenação dos mesmos. O que também não foi bem-sucedido. Conseguimos a grade da UNICEUMA através de um de seus professores. Tentamos contato com a Faculdade Pitágoras que não retornou, mas conseguimos a grade por meio de uma aluna recém-formada.

Não encontramos a grade curricular das seguintes instituições: FEST, FACAM-MA e ESTÁCIO – SÃO LUÍS, apesar das tentativas de contato via ligação telefônica e envio de e-mail. Desse modo, a pesquisa foi realizada com apenas sete grades curriculares dos cursos de Psicologia no Maranhão.

Compreendemos que a grade curricular apresenta a sustentação acadêmica, teórica e legal de cada curso. Essa sustentação é necessária para assegurar a qualidade do curso e o mínimo de conhecimentos necessários a cada profissão. Nesse cenário, Jonsson (2011) ressalta a importância e a validade do currículo como objeto de pesquisa, principalmente quando se estuda acerca dos processos educacionais e de formação acadêmica e profissional.

Desse modo, através das grades curriculares são demonstrados como cada IES compreende o processo de formação do psicólogo, onde são refletidas nos currículos as ideologias, visão de homem e de mundo e as concepções sobre a Psicologia e o profissional que se pretende formar.

No estudo de Jonsson (2011) encontramos um conjunto de autores atentos aos desdobramentos e implicações do currículo na formação e nas políticas educacionais. A autora mencionou pesquisas como Macedo (2006); Moreira & Org. (2004); Neuvald (2008) bem como, pesquisas que se voltam exclusivamente para o currículo de Psicologia e formação de psicólogos como: Dias (2001); Guareschi, Dhein, Reis, Machry & Bennemann (2010); Medeiros (1989); Rocha Junior (1996). Através desses documentos podemos perceber a importância do currículo na formação de profissionais. Desse modo, se torna fundamental estudá-los e assim compreendermos a visão de homem e de mundo a que se associa.

Ressaltamos que as grades curriculares selecionadas são o principal foco desta pesquisa. Assim entendemos as mesmas como documentos de cunho legal. Tonial (2014) nos lembra que os documentos jurídicos e institucionais da formação em Psicologia são elementos que regulamentam seu campo, fornecendo condições para possíveis análises históricas e políticas das ideologias e dos fazeres presentes na trajetória da formação em Psicologia no Brasil.

7.3 Análise das grades curriculares

Nosso objetivo ao analisar as grades curriculares dos cursos de Psicologia no Maranhão volta-se para identificar se ocorre ou não a presença da Psicologia Fenomenológico-Existencial, como uma das visões de homem e de mundo que integram o conjunto da teoria psicológica.

Como mencionado anteriormente, tivemos acesso a sete grades curriculares dos dez cursos de Psicologia do Maranhão, a saber: UFMA, UNICEUMA, IESMA, UNDB, UNINASSAU, PITÁGORAS-SÃO LUÍS E UNIFACEMA. Destas, seis apresentam uma ou duas disciplinas que abordam a Psicologia Fenomenológico-Existencial e desses um curso não inclui Psicologia Fenomenológico-Existencial em sua grade curricular.

Dos seis cursos que oferecem essa disciplina temos: aUFMA oferece duas disciplinas, chamadas Psicologia Fenomenológica e Existencial I e II, o módulo I é oferecido no segundo período e o módulo II no terceiro. O curso da UNDB também oferece duas disciplinas, a primeira no quinto período denominada Fundamentos das abordagens Existenciais e Fenomenológicas e no oitavo intitulada Teorias e Técnicas psicoterápicas Fenomenológicas e Existenciais.

O curso da UNICEUMA oferta no sexto período a disciplina chamada Teorias e Técnicas Psicoterápicas Fenomenológicas e Existenciais. Na UNINASSAU temos no quarto período a disciplina Fundamentos da Fenomenologia e Existencialismo; na Faculdade Pitágoras – São Luís é ofertada também no quarto período a disciplina Matrizes do Pensamento em Psicologia Existencial. Na IESMA temos a disciplina Práticas Psicoterápicas Existenciais e Fenomenológicas no oitavo período. A UNIFACEMA, não apresenta nenhuma disciplina que aborde o universo Fenomenológico-Existencial.

Como podemos observar, das sete grades curriculares que tivemos acesso apenas uma não oferece nenhuma disciplina que trabalhe com a Psicologia Fenomenológico-Existencial, assim observou-se que no Maranhão a maioria dos cursos de Psicologia compreende a importância dessa matriz na formação profissional do psicólogo. No próximo capítulo propõe-se a elencar as contribuições da Psicologia Fenomenológico-Existencial para a formação profissional do psicólogo no estado do Maranhão.

CAPÍTULO V

8 CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO MARANHÃO

No capítulo anterior dedicamo-nos a analisar as grades curriculares dos cursos de Psicologia do Maranhão e identificamos os cursos que oferecem disciplinas de Psicologia Fenomenológico-Existencial. A partir desta identificação dos cursos e suas respectivas disciplinas, passamos a apresentar as contribuições da Fenomenologia e do Existencialismo na formação profissional do psicólogo maranhense.

Antes de iniciarmos essa pesquisa, refletimos sobre a atual formação profissional do psicólogo no Brasil e no Maranhão. Fizemos um levantamento de diversas grades curriculares. Nelas observamos alguns pontos importantes, a saber: a definição de essência humana oriunda dos pressupostos das Ciências Naturais, o uso excessivo da técnica, utilização predominante do modelo teórico-explicativo e desconsideração da afetividade.

Assim, percebemos a influência predominante do modelo conceitual e metodológico das Ciências Naturais determinando a formação profissional dos psicólogos maranhenses. Esse modo de priorizar os aspectos naturais em detrimento das questões existenciais revela uma política institucional voltada para desviar o olhar do psicólogo em formação da compreensão dos fenômenos humanos com o propósito de apenas buscar explicações que o justifiquem.

Desse modo, esse capítulo dedicamo-nos a apresentar as contribuições do pensamento Fenomenológico-Existencial nos seguintes aspectos: essência humana, a questão da técnica, método compreensivo de Wilhelm Dilthey e afetividade.

8.1 Essência Humana

De acordo com Soares (2010), desde os primórdios do pensamento humano, a Psicologia encontrava-se diluída na Filosofia, passando por um longo processo de gestação até abrir o caminho de sua emancipação, desencadeada pelas primeiras pesquisas realizadas por Wundt, na Universidade de Leipzig na Alemanha.

O conteúdo e a sistematização das pesquisas, à primeira vista, pareciam delimitar os caminhos da nova ciência e sua dimensão. Conforme o mesmo Soares (2010) a Psicologia possui não apenas uma, mas duas disciplinas fundadoras do seu campo de conhecimento: a Filosofia e a Fisiologia. Desse modo, a origem da Psicologia se caracteriza por paradoxo fundamental, pois essas duas disciplinas que fundam a Psicologia possuem matrizes epistemológicas distintas e, até certo ponto, opostas, o que torna evidente o caráter híbrido dessa fundação.

Em meados do século XIX, autores como Husserl, Dilthey e Heidegger apresentam severas críticas ao modelo de subjetividade imposto pelas Ciências Naturais, tendo como base de sustentação, o cogito cartesiano. Lessa (2011) parece corroborar com esses autores, uma vez que aponta o fracasso da subjetividade moderna, em seu caráter puro e apriorístico.

Nesse cenário, surge a hermenêutica de Heidegger como uma alternativa ao modo de pensar calculante, que predominava na época. A grande diferença entre os filósofos positivista e a hermenêutica heideggeriana, diz respeito ao modo como cada um compreende a essência humana. Na primeira perspectiva, temos uma visão platônica acerca da essência, isto é, essência é tudo aquilo que tem presença constante. Já na segunda, compreende que o indivíduo se essencializa enquanto existe.

Heidegger (2015) já apontava contradições no modelo de subjetividade moderna. Como alternativa a esse modo de pensar o homem, baseou sua filosofia na ausência de psiquismo, ou seja, ausência de estruturas prévias da existência, abrindo caminho para compreender o homem como um ser de abertura, baseado no Dasein. Novaes e Barreto (2011) apontam que a abertura originária de sentido, não objetivável como algo dentro de um mundo pré-existente, constitui aquilo que Heidegger denominou como “existência”, “ser-aí” (*Dasein*) ou ser-no-mundo. Assim, o existir humano não pode ser visto como algo simplesmente presente e encerrado em si.

Segundo Evangelista (2010) a compreensão do homem como Dasein, indica o fundamento primordial da Psicologia Fenomenológico-Existencial, nela, existir, quer dizer que cada um torna-se responsável por zelar pela sua existência, uma vez que, existir está intimamente ligado a ser indefinido e indeterminado. Dito de outro modo, significa que a existência não possui uma determinação apriorística.

Como menciona Lessa (2011), o ser humano não possui nenhuma essência *a priori* definida. Assim, entendemos que o homem não é, mas ele está em um horizonte de poder-ser.

Assim, compreende o homem, como um ser indefinido e indeterminado, baseado em um horizonte hermenêutico de abertura existencial. Contrapondo, assim, a compreensão do modelo metafísico e positivista que busca a definição e determinação por meio de seus modelos psíquicos e estruturais previamente definidos.

Novaes de Sá e Barreto (2011) esclarecem que para compreendermos a noção de existência empregada na Psicologia Fenomenológico-Existencial, precisamos nos despir daquela compreensão cotidiana oriunda da racionalidade científica, para então, alcançarmos o significado genuíno da mesma. Portanto, na visão dos autores, a existência significa uma abertura originária ao ser dos entes, enquanto pré-compreensão do ser enquanto tal.

Como a existência não possui determinações prévias, ela se realiza como sentido. Como menciona Evangelista (2010) diz respeito ao que chamamos cotidianamente de “sentido da vida”. No pensamento Fenomenológico-Existencial, o sentido da vida não equivale a algo dado anteriormente, mas se torna algo que está em uma constante construção, assim, buscamos, compartilhamos, reformulamos, quer dizer, jamais fica permanente.

Se o homem é um ser flexível e móvel, abrimos espaço para pensarmos os vários elementos históricos que constituem o existir humano como um ser dotado de possibilidades. Tão logo, não há espaço para pensarmos em decifrar um ser que a priori estaria encapsulado, como propõem as teorias modernas do psiquismo. Com a hermenêutica de Heidegger (2017), não há necessidade de tal empreitada, pois nossa tarefa consiste em compreender o existir humano, tal como ele se desvela no cotidiano, em seu caráter de poder-ser-no-mundo.

8.2 Afetividade

Para compreendermos a importância da afetividade na formação profissional do psicólogo recorreremos aos estudos de Heidegger, em sua Fenomenologia-Existencial os afetos ou emoções possuem um lugar relevante e merecem uma atenção especial. De acordo com Oliveira (2006) os afetos em Heidegger não são entendidos como simples estados mentais do homem enquanto sujeito de representações, ou contrário disso, são modos genuínos de ser do Dasein, modos de abertura de possibilidades.

Desse modo, a Psicologia Fenomenológico-Existencial se apresenta como uma constante produção de afecções e de afetos, fruto da vivência com o outro. Lessa (2006) nos lembra que o encontro com o outro pode promover um movimento gerador que propicia novos modos de viver, podendo resultar na libertação de padrões e de condicionamentos.

Nessa perspectiva, as tonalidades afetivas caracterizam-se como modalizadoras da auto-compreensão, e, assim, o modo de compreendermos está sempre ligado aos nossos afetos.

Em vista disso, como menciona Oliveira (2006) os afetos se caracterizam como modos de ser próprios do Dasein que se relaciona com o seu ser enquanto facticidade do ser-no-mundo, ou seja, para nos compreendermos emocionalmente, no sentido de perceber como estão nossos afetos, diz respeito ao modo como o Dasein se abre para si mesmo. Esse modo, releva como nós estamos sendo afetados pelo curso da existência.

Quanto a questão afetiva o filósofo holandês Spinoza (1632-1677) possui uma leitura interessante, para o autor a potência se caracteriza como a força de afetar e de ser afetado. Assim, como a potência do corpo, a potência da alma também pode ser afetada. Spinoza (2002) aponta que existe três modalidades fundamentais do afeto, a saber: desejo, alegria e tristeza. Para o filósofo, o desejo é a possibilidade que propicia o encontro dos corpos, a alegria indica o sentimento que favorece a composição das relações entre os corpos e a tristeza resulta do constrangimento da decomposição nas relações entre os corpos. Assim:

Compor com o outro corpo significa associar-se, cooperar com ele, unir forças. Quando fazemos uma composição com o outro, nossa potência é aumentada, experimentamos o afeto da alegria e o conhecimento fica favorecido. Quando estabelecemos uma relação de decomposição, ocorre o oposto: sentimo-nos constrangidos, somos afetados pela tristeza, nossa potência de agir diminui e ficamos com a mente obscurecida (LESSA, 2006, p. 42).

Como ressalta Spinoza (2002) a alegria proporciona o aumento da potência de agir e indica que houve com composição com um outro corpo. Devido a composição a potência do corpo se amplia e o pensamento da alma se favorece. Em oposição, a tristeza se mostra como uma espécie de constrangimento, sinalizando que houve um mau encontro, uma decomposição de relações, ou seja, uma diminuição da potência de agir do corpo e da alma.

Nesse cenário, a Psicologia Fenomenológico-Existencial dos afetos, embasada em Spinoza (2002) apresenta uma compreensão original acerca da natureza originária na relação entre nós mesmos, abrindo espaço para a auto-compreensão. Quanto a essa questão, Oliveira (2006) ressalta que o Dasein está, sempre em uma relação de compreensão consigo, a mesma apresenta um tom de afetividade, ou seja, as tonalidades afetivas se fundamentam na abertura do Dasein em sua própria compreensão.

O filósofo austríaco Martin Buber (1878-1965) em sua obra célebre *Eu e TU* tornou-se uma referência no estudo das relações, sendo caracterizado como o filósofo do diálogo.

Segundo o autor, o ser humano só existe por meio da relação com o outro, não sendo capaz de sentir, pensar, agir sozinha, porque é um ser relacional. Para o autor o indivíduo se constrói por meio dos encontros, das relações com as pessoas e coisas. Assim, impossibilita a existência de um eu isolado de qualquer relação.

No livro *Eu e Tu*, Buber (2012) apresenta dois modos de encontro: um encontro com outra pessoa e outro encontro com as coisas. O primeiro autor intitulou de EU-TU, o encontro com as coisas de EU-ISSO. Esses modelos constituem a base de todas as relações, do mesmo modo que o pensamento e a emoção constituem a base do existir humano. Para a filosofia existencial não é legítimo fazer com que um deles prevaleça sobre o outro, do mesmo modo que não seria legítimo fazer o pensamento prevalecer sobre as emoções e vice-versa.

Buber (2012) ressalta que quando acontece um encontro EU-TU, o homem realiza o que existe de mais próximo com a própria existência, percebendo o outro como um semelhante passando a vivenciar uma relação horizontal. Em outras palavras, podemos dizer que este homem não possui uma identidade fixa, rigidamente constituída, mas ele se entrega aos encontros afetivos e se dissolve na experiência do devir. Quando de lá emerge já não é mais o mesmo homem. Surge do encontro na condição de fruto da relação a que se entregou. Deixou-se morrer em cada experiência de entrega, renascendo como outro homem rejuvenescido e revigorado.

Em contrapartida, Buber (2012) menciona que a relação O EU-ISSO corresponde ao domínio da posse ou propriedade. O eu presente numa relação EU-ISSO é um eu possessivo, que se sente proprietário de pessoas e coisas, que julga possuir as pessoas e as coisas com que se relaciona. Como menciona Lessa (2006) torna-se primordial deixar claro que não existe nenhuma hierarquia ou predominância de um modelo sobre o outro. O leitor desavisado pode sentir-se encorajado a considerar a relação EU-TU como mais importante, mais autêntica ou até mesmo como um modelo ideal para todas as relações possíveis. Mas não é isso que pensa o filósofo. Buber é o primeiro a dizer que os dois modelos são de igual importância e que são utilizados em qualquer relação. E vai mais além quando afirma que na mesma relação estes modelos podem aparecer alternadamente.

Nesse capítulo apresentamos as principais contribuições da Psicologia Fenomenológico-Existencial para a formação profissional do psicólogo. Por meio da discussão de conceitos chaves como a Essência, Técnica, Método Compreensivo de Wilhelm Dilthey e Afetividade, buscamos mostrar o quanto a compreensão desses conceitos são imprescindíveis para formar psicólogos comprometidos com o pensamento meditante.

8.3 A Questão da Técnica

A técnica e a Psicologia estão intimamente ligadas, graças a primeira, Wundt chamou a atenção da comunidade científica para a Psicologia, inaugurando assim uma nova ciência. Desde então, ambas caminham lado a lado, com o decorrer dos anos, a utilização da técnica na Psicologia foi crescendo de forma abrupta, abrindo espaço para questionamento do seu uso excessivo nas práticas psi.

A reflexão sobre o uso demasiado da técnica não é um tema novo, contudo, nos dias atuais percebemos uma discussão mais acirrada. Em meio a grandes inovações tecnológicas que presenciamos dia após dia, vislumbramos a sede do homem para controlar tudo aquilo que conhece, desde máquinas a seres humanos. Cocco (2007), menciona que apesar, de toda essa sensação de controle, encontramos o oposto na sociedade pós-moderna, a falta de sentido para a vida e uma preocupação constante com a existência humana, assim:

A convicção profundamente arraigada no âmago da consciência moderna de que a modernidade (a era da técnica) é a era do progresso deixa a impressão de que o homem pode, facilmente, manipulá-la. Mas acontece o contrário: ele é manipulado por aquilo que cada vez mais tenta controlar. Dessa forma, o homem e o mundo revelam-se como elementos disponíveis nesse consumo infinito de todo o ente em proveito da técnica, numa constante e irrefreada banalização do existir humano e planetário. (COCCO, 2007, p. 09)

De acordo com Feijoo (2002) algumas teorias da Psicologia seguem o raciocínio mencionado acima, consideram o homem como uma substância passível de manipulação, aplicando ao mesmo os princípios das Ciências Naturais. Como alternativa a essas teorias, buscou-se na Filosofia, fundamentos teóricos para evitar recair na objetificação do homem. Contudo, essa compreensão vinda da Filosofia acabou sendo alvo de diversas críticas, pois, não adota e nem corresponde ao modelo de uma ciência pronta e acabada em si.

No ensaio da técnica, Heidegger (2012) parte da visão instrumental da técnica para anunciar a sua essência. Inicialmente, ele indica, como princípio da instrumentalidade, o entendimento de causa e efeito. Posteriormente, desconstrói a compreensão moderna de causa por meio da interpretação originária do termo que remete às noções gregas de *physis* (natureza) e *alétheia* (verdade, desvelamento) e por fim, apresenta o parentesco entre a essência da *téchne* grega e a técnica moderna, bem como sua diferença radical.

Heidegger (2012) menciona no ensaio A Questão da Técnica que essa compreensão de técnica como manipulação e controle, advém da sociedade moderna, como um modo de desencobrimento, no sentido de extração, exploração e cálculo. Através da cultura tecnicista,

a ciência segue cumprindo seu papel, procurando respostas para o sofrimento humano. Entretanto, observamos que nessa busca há um predomínio do pensamento calculante e tecnicista.

Nessa conjuntura, Dutra (2013) comenta que aqueles que se orientam pela Psicologia Fenomenológico-Existencial, percebem-se seguindo na contramão desse cenário tecnicista que ainda prevalece da Psicologia. No caminho oposto, os psicólogos que seguem essa perspectiva apontam para uma atitude fenomenológica, que contraria a atitude natural e tecnicista que a priori abriu espaço para o predomínio epistemológico cientificista, mas posteriormente causou muita confusão ao se intitular como verdade absoluta.

Mas porque se torna necessário debater sobre técnica quando se discutir a formação profissional do psicólogo? A resposta nos parece simples: a Psicologia possui em seu íntimo uma dicotomia, existem áreas que privilegiam demasiadamente a técnica e outra que se orienta através da *téchne*. Segundo Feijoo (2002), a primeira compreende o homem como qualquer outro elemento da natureza, logo, passível de previsão e manipulação. A segunda considera que o comportamento diante à natureza como um deixar-acontecer, sem tentativas de previsão ou manipulação, mas sim aceitando os limites do *vir-a-ser*.

Dito de outro modo, a *téchne* torna-se contrária à dimensão científica da Psicologia. De acordo com Dutra (2013) a Psicologia Fenomenológico-Existencial heideggeriana, se orienta através de um *Dasein*, onde existe um horizonte de abertura de sentido, não cabendo em si nenhuma determinação como requer os pressupostos de uma ciência que se orienta por meio de critérios rigorosos de objetividade, controle, generalização, previsibilidade.

Quanto a questão da técnica, Heidegger (2012) apresenta um novo olhar, segundo o mesmo, a essência da técnica moderna apresenta-se como um modo histórico de produção de verdade que se impõe como horizonte de sentido para o mundo contemporâneo. Na compreensão de Sá:

Da mesma forma, Heidegger questiona a compreensão corrente da técnica, contrariando as duas postulações principais acerca dela que são tomadas como básicas e evidentes: a ideia de que a técnica, como teoria aplicada, é apenas um meio para certos fins e a de que se trata de uma produção do sujeito, cujo uso pode ser controlado segundo sua vontade. Para o filósofo, a técnica é um saber-fazer em que os âmbitos teórico e prático não são dissociáveis. A técnica não é precedida pela teoria, sendo sua mera aplicação instrumental, como pretendem as perspectivas epistemológicas que privilegiam a dimensão representacional do saber em detrimento da pré-compreensão e dos saberes tácitos, isto é, não temáticos. Além disso, também não se trata na técnica moderna de um saber voluntariamente produzido e utilizado pelo homem, mas de um horizonte histórico de desvelamento de sentido dos entes ao qual o homem moderno co-responde, tanto mais fascinado e impotente, quanto mais alimenta a ilusão de que o produz e controla (SÁ, 2002, p. 348).

Com o fascínio pela técnica o homem moderno afastou-se do pensamento meditante, afastando-se também de um modo de pensar que valoriza as questões existenciais. Como menciona Feijoo (2002), com o pensamento calculante o homem acredita na razão como perfeição, caracterizando-se sagaz e proficiente, confiando que por meio dos cálculos, pode prever e controlar tudo ao seu redor. Uma vez, predominando esse modo de pensar, diminuiu-se o meditar, que passou a ser visto como superficial, e, desse modo, não compreende a realidade, além de não ser considerado científico e de caráter prático. Dito de outro modo: o homem da ciência não utiliza o pensamento meditante, pois este se torna pequeno diante do pensamento que calcula.

Segundo Critelli (2002) para compreendermos a técnica no modo de pensar de Heidegger, precisamos nos despir do conceito usual, o qual se caracteriza como um conjunto de aparelhos ou um complexo instrumental. Em Heidegger (2012) encontramos a compreensão que a técnica se apresenta como um fenômeno em que se expressa um modo-de-ser da sociedade ocidental, ou seja, uma modificação do fazer ou do agir humano. Para compreender a fundo a questão da técnica Heidegger (2012) foi em busca de estabelecer uma relação livre com a técnica, para tanto, foi em direção a sua essência, voltando as origens do pensamento meditante. Assim, o filósofo começou a pensar como os gregos, que se utilizavam do termo *téchne* quando se referiam à manufatura e à arte, intitulando o artesão e o artista como *techinite*.

A discussão de Heidegger acerca da técnica apresenta uma distinção fundamental entre a técnica no sentido moderno e a *téchne* na compreensão grega. De acordo com Feijoo (2002) ambas apontam para dois modos distintos de desvelamento. Na técnica, o desvelar acontece em um desafio à natureza, a realidade torna-se subsistência e o comportamento diante da natureza é a provocação. Já na *téchne*, o comportamento diante da natureza é um deixar-acontecer, sem desafiá-la e aceirando os limites do acontecer.

Na tradição metafísica, torna-se necessário definir e enquadrar a técnica como um meio para atingir um fim, considerando-a algo definitivo, fechado e sob o domínio do homem. Na compreensão de Feijoo (2002), esse modo de pensar trata-se de uma concepção instrumental e antropológica da técnica. Em que abre margem para o enclausuramento da visão do cientista, que acaba esquecendo da essência das coisas, além de priorizar o pensamento calculante, limitando o espaço para outras possibilidades de compreensão.

Justamente, nesse sentido que a técnica foi se apoderando na Psicologia, os cursos passaram a exigir mais recursos técnicos do que humanos. Acreditando que apenas o aprendizado de teorias e técnicas seriam suficiente para a formação profissional do psicólogo, deixando a margem as questões existências, no qual estão intimamente ligadas ao modo de vida atual. Ao cair na ilusão tecnicista, a Psicologia causou um conflito para ela mesma, pois, mesmo com inúmeros psicotrópicos, estudos avançados na neuropsicologia, dentre outras inovações, o número de pessoas com transtornos mentais e crises existenciais cresce a cada dia.

Compartilhamos da visão de Dutra (2013) que compreende a formação profissional do psicólogo que transcende o aprendizado de teorias e técnicas, nessa perspectiva, a formação esta intimamente ligada ao desenvolvimento de uma atitude, um modo de ser, de ver e de estar no mundo. Essa questão nos levar a refletir como os psicólogos estão se posicionando, como estão sendo afetados no seu fazer e por qual caminhos estamos trilhando: priorizando a técnica ou a *téchne*?

Nessa pesquisa, defendemos a utilização da *téchne* nas práticas psi, uma vez que compreendemos:

O desvelar ao modo da *téchne* consiste em poder ver algo que ainda não está presente, permitindo que o “ainda não” possa transparecer ao seu modo, tornar visível algo que se mostra de modo invisível. *Téchne*, no seu sentido original, refere-se ao conhecimento que se dá pela compreensão, a conhecer no ato de produzir. É o conhecer como modo de reconhecimento e de saber. É fundamento do conhecer na antecipação, para tornar manifesto o que se apresenta por si mesmo. Consiste, portanto, em um modo de aparição da verdade (*aletheia*). Esse modo de desvelamento ocorre um “deixar vir à presença”, no sentido de um “levar à frente”, sem desafiar, sem visar à subsistência, pois reconhece os limites e os paradoxos da própria existência (FEIJOO, 2002, p. 89).

A utilização do pensamento meditante ao invés do pensamento calculante proporciona uma aproximação das questões existenciais, nesse cenário, o psicólogo atua como um facilitador, deixando emergir o modo de acontecer daquele que busca a si mesmo. Não se trata aqui de minimizar as contribuições do pensamento calculante, mas sim de repensar seu uso, bem como, valorizar à singularidade do psicólogo, pois através dela o mesmo passa a construir o seu modo de ser psicólogo.

Compreendemos a importância dos conhecimentos teórico-metodológicos na Psicologia, mas chama atenção para seu uso demasiado. Segundo Dutra (2013) no momento do encontro entre psicólogo e paciente, dificilmente se pautará somente na técnica e na teoria, pois, existe uma dimensão existencial, que cria sentidos diante das possibilidades que surgem na abertura do estar-no-mundo-com-outros.

8.4 Método Compreensivo de Wilhelm Dilthey

Segundo Franco (2011) em 2011 comemorou-se o centenário da morte de Wilhelm Dilthey (1833-1911), apesar das suas grandes contribuições para as Ciências Humanas, o filósofo é pouco conhecido no Brasil. De acordo com Franco (2012) sua obra completa, escrita em alemão contém quatorze volumes, na língua inglesa contém apenas seis volumes e na espanhola oito. Portanto, muito do trabalho de Dilthey ficou de fora da versão inglesa e espanhola.

Apesar do desconhecimento da maioria da comunidade acadêmica, a obra de Dilthey “apresenta uma grande síntese da história e teoria das Ciências Humanas e um grande esforço filosófico para oferecer a compreensão sobre o sentido da história e da vida humana”. (FRANCO, 2011, p. 187). O interesse pelo filósofo na Europa e nos Estados Unidos, ocorreu, principalmente, devido a disseminação das obras de Husserl, Heidegger e Sartre, uma vez que, todos esses pensadores foram influenciados pelo filósofo alemão.

Dilthey sem dúvidas, tornou-se um dos filósofos base para as Ciências Humanas, não há como estudá-las sem tomar conhecimento da sua obra. Franco (2012) caracterizou o filósofo como um titã que resistiu a abstração dos estudos humanos em uma atitude unificada pelos pressupostos do positivismo. Uma de suas maiores contribuições reside na distinção entre estudos científicos e estudos filosóficos do ser humano, ressaltando que as Ciências Humanas compreendem e as Ciências Naturais explicam.

Franco (2011) menciona que o declínio dos idealismos do final do século XIX, impulsionou a ascensão ao positivismo. Nesse cenário, acreditou-se que apenas os recursos das Ciências Naturais poderiam assegurar a obtenção do conhecimento válido. Em contrapartida, a Filosofia parecia não ter outra opção, senão submeter-se à ciência, cedendo sua vocação metafísica e tornando-se uma epistemologia. O autor ressalta que nesse cenário, houve a criação de novas ciências, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, o autor lembra que as mesmas surgiram sob a forte influência das Ciências Naturais, sendo atreladas aos mesmos pressupostos e métodos das ciências positivistas.

Com o declínio do idealismo e a imposição positivista, a Filosofia de Dilthey surgiu como uma alternativa a esses modelos, apresentando um olhar específico para as Ciências Humanas. De acordo com Novaes de Sá (2009) o intuito primordial da Filosofia de Dilthey era colocar no alicerce do filosofar a experiência integral da realidade mesma ou contrário da

especulação abstrata. Para o filósofo o katismo e o empirismo positivista, ambos tendência em sua época, fundaram-se na abstração: apresentando opções distintas, os mesmos fragmentam e mutilam a experiência total.

Em resposta ao ideal positivista Dilthey (2011) forneceu um embasamento filosófico para as ciências do espírito, uma epistemologia que, se adequasse às especificidades próprias das mesmas, que fossem tratadas com rigor e respeito quanto aquelas das Ciências Naturais. No pano de fundo dessa questão, chamamos atenção para a relação de continuidade e descontinuidade entre Ciências Humanas e Ciências Naturais. Franco (2012), ressalta que não convém separá-las demais porque ambas são ciências e não convém aproximá-las demais, pois apresentam um objeto de estudo muito diverso.

A Filosofia de Dilthey (2011) traz grandes contribuições para pensarmos na distinção entre a epistemologia da Ciências Naturais e da Ciências Humanas. Na obra *Ideias sobre uma Psicologia descritiva e analítica*, fornece subsídios para distinção entre Psicologia explicativa e Psicologia descritiva e analítica. A primeira apresenta forte presença do modelo teórico-explicativo próprio das Ciências Naturais, que busca apresentar um nexos causal dos fenômenos oriundos da vida psíquica, por meio de mecanismos, leis, componentes, seguindo a lógica da física e da química. A segunda não busca nexos causais, pelo contrário, parte das vivências psíquicas de cada ser, tomando como base a compreensão e não a explicação como a Psicologia Explicativa.

Como menciona Franco (2011), na obra *Introdução às Ciências Humanas* (1883), que Dilthey propunha uma fundamentação para as Ciências Humanas, em um solo próprio ao espírito, denunciando assim a prevalência abstrativa e autonomizante que as Ciências Naturais exerciam sobre as Ciências Humanas. Nessa obra, Dilthey afirma que as ciências abstrativas, em sua atitude basilar, dividem o fenômeno da vida, transformando-a em objeto.

Segundo Dilthey (2011) a Filosofia perdeu espaço para a ciência natural e denuncia esse acontecimento como um fenômeno perigoso, uma vez que a Psicologia passou a adotar metodologia das ciências exatas e assumiu status de verdade absoluta, na medida em que naturaliza e coisifica os fenômenos da vida humana. Quanto a essa questão Sá compreende que:

Ao contrário do ideal positivista de uma ciência unificada, o objetivo de Dilthey era fornecer às ciências do espírito uma metodologia e uma epistemologia adequadas às suas peculiaridades próprias e, ao mesmo tempo, tão rigorosas e respeitáveis quanto aquelas das ciências naturais. Segundo ele, existem diferenças patentes entre as metodologias próprias a cada um desses campos. A atitude de observação dos

objetos externos demanda ao pesquisador da natureza procedimentos completamente distintos daqueles empregados nas ciências do espírito: “revivência histórica”, “compreensão simpática”, “profunda”, dos estados humanos ou históricos. Nestas, o emprego das matemáticas deve ter, quando muito, uma função subordinada, o principal é a descrição, a análise e os métodos comparativos, que nas ciências naturais dão lugar à indução, ao experimento e a matematização. Trata-se, assim, de uma diferença radical de atitudes metodológicas. Dilthey adota aqui a distinção já antes estabelecida por Gustav Droysen entre “explicar” e “compreender”. Enquanto o método científico-natural baseia-se na “explicação” pelo esclarecimento das conexões causais, as ciências do espírito se fundam na “compreensão” enquanto apreensão de sentido (SÁ, 2009, p. 38).

Além disso, Novaes de Sá (2009) aponta que o mundo espiritual exhibe diferentes categorias daquelas da natureza, seus fenômenos apresentam-se sempre mergulhados de valores e nexos finalistas, tudo se encontra perpassado por intencionalidades. Desse modo, não são necessárias, nesse contexto, as categorias de substância e causalidade, princípios da teorização científico-natural, mas, sim, categorias como significado, valor, finalidade, força. Apesar do método científico-natural ocupar uma posição subsidiária para as ciências de espírito como mencionou Dilthey (2011) ainda, assim, possuem diferenças entre as metodologias próprias de cada área de saber.

Desse modo, nos parece estranho ainda hoje as Ciências Humanas sofrerem críticas por não utilizar o modelo próprio das Ciências Naturais, ou ainda, a Psicologia que não polpa esforços para se adequar nesse modelo. Partimos da compreensão de Dilthey (2011) quando afirma que nas ciências de espírito, a utilização da matemática deve ter um emprego subordinado, de modo que, a atenção principal deva ser para a descrição, a análise e os métodos comparativos, que nas Ciências Naturais abrem espaço para à indução, ao experimento e a matematização.

Dessa análise comparativa percebemos que não há nenhuma incompatibilidade entre Psicologia e Ciência. Há simplesmente uma incompatibilidade metodológica entre os fenômenos humanos e os fenômenos naturais. Por isso, não nos parece possível pesquisar esses dois modos diferentes de fenômenos com o mesmo método. O problema surge apenas quando se faz uso inadequado da ferramenta metodológica, tanto quando se utiliza o método compreensivo para se trabalhar os fenômenos naturais, quanto quando se utiliza o método explicativo para se trabalhar os fenômenos humanos.

Em linhas gerais, percebemos que os cursos de Psicologia utilizam dois tipos de metodologia, se por um lado há um grande incentivo para o uso de uma Psicologia analítica. Por outro, há grandes esforços para o emprego de uma Psicologia descritiva. Apesar dos esforços da última, a Psicologia analítica ainda ocupa muito espaço no campo psi. Entretanto,

observamos entusiasmados, o quanto a Psicologia descritiva vem ganhando força na contemporaneidade, contribuindo significativamente para o avanço das Ciências Humanas.

O modo de compreender o homem e o mundo próprio da Psicologia descritiva fornece um horizonte cheio de abertura e possibilidades para os cursos de Psicologia, pois abre espaço para a compreensão da vivência e para a compreensão de si próprio, abrindo um leque de possibilidades para a compreensão do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos até agora, esta dissertação dedicou-se a pesquisar a implantação da Psicologia no Brasil e questionar o processo de formação do psicólogo, com atenção especial às implicações da presença do pensamento Fenomenológico-Existencial nos cursos de Psicologia do Maranhão.

Constatamos que a formação profissional do psicólogo maranhense segue, predominantemente, o modelo teórico-explicativo, próprio das ciências naturais e, sabidamente, impróprio e inadequado para as ciências humanas. O que implica em promover, nos alunos, um estado de confusão e distorção em seu esforço para compreender e distinguir semelhanças e diferenças entre os fenômenos psicológicos e os fenômenos naturais. Isso porque a diferença da natureza essencial de tais fenômenos exige que ambos sejam tratados com metodologia adequada e compatível com sua realidade essencial. O que implica dizer que, necessariamente, cada um desses fenômenos precisa ser estudado com metodologia própria.

Sabemos que as teorias são construídas com o propósito de retratar a realidade do modo mais fidedigno possível. Para que isso se dê é fundamental que a teoria sobre determinado fenômeno esteja em sintonia com a verdadeira essência desse fenômeno. Caso contrário, havendo dissonância entre a essência e a teoria, será inevitável um afastamento entre a teoria e a realidade. Ora, sabemos que os fenômenos psicológicos e os fenômenos naturais apresentam diferenças essenciais. Os fenômenos físicos são constituídos, em sua essência, de matéria e forma, que se mostram em presença constante, variando apenas em função de diferenças de temperatura e pressão. A presença constante de suas características essenciais permite que tais fenômenos possam ser definidos e determinados. Por exemplo: uma molécula de água é composta de dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio.

Sabemos que a água, em função de variações de temperatura e pressão pode se apresentar em três estados diferentes: líquido, sólido e gasoso. Porém, por mais que sua aparência modifique, a água no estado líquido, sólido ou gasoso, continua constituída por dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio e, em todos esses momentos, por mais que forma e aparência se modifiquem, os números atômicos desses átomos e sua configuração molecular continuam os mesmos, mostrando-se invariáveis, o que favorece todas as tentativas de generalização.

Por outro lado, sabemos que nenhum fenômeno psicológico pode ser comparado aos fenômenos físicos, tal como descrito no parágrafo anterior. Isso porque é próprio dos fenômenos psicológicos a variação de intensidade dos afetos e das emoções que, em nenhum momento podemos atribuir presença constante e invariabilidade, como foi demonstrado no exemplo da água. Por não possuírem em sua essência presença constante, os fenômenos psicológicos não podem ser definidos nem determinados, sendo distinguidos por sua singularidade que se descaracteriza diante de qualquer tentativa de generalização.

A incompatibilidade metodológica entre os fenômenos naturais e os fenômenos psicológicos reside, essencialmente, na possibilidade ou não de generalização e de explicação lógico-causal de tais fenômenos. Isso porque, os fenômenos naturais são generalizáveis e previsíveis, por apresentarem presença constante. Já os fenômenos psicológicos quando submetidos a processos de generalização tornam-se reduzidos em sua essência e desfigurados em sua forma. Ou seja, os fenômenos naturais, por possuírem presença constante em sua essência, são passíveis de ordenação e classificação. Enquanto, os fenômenos psicológicos, quando submetidos à ordenação e classificação, tornam-se reduzidos e desfigurados em função de sua singularidade essencial.

Assim, quando o curso de formação profissional de psicólogo utiliza o modelo teórico-explicativo desencadeia um movimento no sentido de induzir o psicólogo em formação a tentar explicar tudo aquilo que acontece, aprendendo a estabelecer relações de causalidade entre os acontecimentos narrados pelos usuários de seu serviço e, além disso, tentar sequenciá-las, artificialmente, em uma linha do tempo, do mesmo modo que as Ciências Naturais trabalham metodologicamente com seu objeto de estudo. Produzindo um afastamento entre o homem e sua realidade existencial, buscando construir um homem ideal ou uma explicação artificial daquilo que lhe acontece.

O pensamento Fenomenológico-Existencial compreende o ser humano em sua totalidade, na concretude de sua existência. Trabalhando nessa perspectiva, filósofos como Husserl, Dilthey e Heidegger desenvolveram seu pensamento produzindo um legado substancial, onde Husserl criou o método fenomenológico, Dilthey desenvolveu o método compreensivo expresso em suas ideias de uma Psicologia analítico-descritiva e Heidegger desenvolveu sua ontologia hermenêutica. A grande participação desses autores distingue-se principalmente em contribuir para o deslocamento da orientação metodológica do modelo teórico-explicativo, próprio das ciências naturais, para o modelo descritivo-compreensivo,

com validade científica, tanto para as pesquisas em Psicologia quanto em todas as Ciências Humanas.

Apesar, de todas as reflexões apresentas nessa pesquisa, bem como, nossas preocupações quanto ao rumo da formação profissional do psicólogo não pretendíamos trazer aqui nenhuma resposta, ao contrário, seguimos no firme propósito de ampliar o horizonte e o diálogo acerca da mesma, apresentando elementos primordiais que potencializam a compreensão do homem em sua própria existência.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, M. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 93-100, 2009.

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 5ed. São Paulo: Educ, 2014.

ARAUJO, M. A. P. **A Psicologia no Maranhão**: percursos históricos. São Luís: 1 ed, Editora Universidade Federal do Maranhão, 2005.

AZZI, E. A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil. In **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila F. (Orgs.). Natal: EDUFRN, 2010. p. 105-120.

BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila F. (Orgs.). Natal: EDUFRN, 2010. p. 171-203.

BOCK, A. A Psicologia como Profissão: Entrevista com Ana Bock. **Psicologia**: ciência e profissão. São Paulo. 30 (núm. esp.), p. 246-271, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca13.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BUBER, M. **Eu e Tu**. Centauro. 10 ed. São Paulo, 2012.

BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/947/727>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia, Associação brasileira de ensino de Psicologia, Federação Nacional dos psicólogos. **Ano da formação em Psicologia – 2018 – revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia**. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/cartilha-Ano-da-Forma%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces062.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CABRAL, A. C. M. A Psicologia no Brasil. **Boletim de Psicologia 5/6**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1954.

CARVALHO, D. B; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira. **Psicologia para a América Latina**, n. 1, p. 1-12, 2002. Disponível em: http://psicolatina.org/Cero/psicologia_e_politicas_publicas.html. Acesso em: 17 set. 2017.

CARVALHO, T. O; ARAUJO, C. M. M. Psicologia Escolar no Brasil e no Maranhão percursos históricos e tendências atuais. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 65-73, 2009.

CASANOVA, M. A. **Compreender Heidegger**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CENTOFANI, R. Radecki e a psicologia no Brasil. In M. A. Antunes (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. p. 177-208. Rio de Janeiro: EDUERJ/Conselho Federal de Psicologia, 1982.

COCCO, R. **A questão da técnica em Heidegger**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade Vale do Rio dos Sinos. 2007.

COLPO, M. O. O método fenomenológico de investigação e as práticas clínicas em Psicologia. **Psic. Rev.** São Paulo, v. 22, n.1, p. 101-118, 2013.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRITELLI, D. Martin Heidegger e a essência da técnica. **Margem**. São Paulo, n. 16, p. 83-89, 2011.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre. p. 15-41, 2006.

DILTHEY, W. **Ideias sobre uma Psicologia descritiva e analítica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

DUTRA, E. Formação do psicólogo clínica na perspectiva fenomenológico-existencial: dilemas e desafios em tempos de técnica. **Revista da Abordagem Gestáltica**. Goiânia, v. 19, n. 2, p. 205-211, 2013.

EVANGELISTA, P. E. R. A. **Psicologia Fenomenológica-Existencial**: a prática psicológica à luz de Heidegger. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2016.

FEIJOO, A. M. L. C. A Psicologia Clínica: técnica e técnica. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 9, n. 1, p. 87-93, 2002.

FEIJOO, A. M. L. C. Fundamentos Fenomenológico-Existenciais Para a Clínica Psicológica. **Biblioteca Virtual Fantásticas Veredas** – Fundação Guimarães Rosa. 2008.

FEIJOO, A. M. L. **C.A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais.** Rio de Janeiro: Edições IFEN, Via Verita, 2011.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico.** Petrópolis: Vozes, 1991.

FRANCO, S. G. Dilthey: compreensão e explicação e possíveis implicações para o método clínico. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 14-26, 2012.

GIOVANETTI, J. P. **Psicoterapia fenomenológico-existencial.** 1 ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

GOMES, W. B; CASTRO, T. G. Clínica Fenomenológica: Do Método de Pesquisa para a Prática Psicoterapêutica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília, v. 26, n. especial, p. 81-93, 2010.

GRACIANI, M. S. **O ensino superior no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências.** 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** 10 ed. Petrópolis: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon:** protocolos, diálogos, cartas. Trad.: Gabriella Arnhold e Maria de Fátima de Almeida Prado. 3 ed. rev. São Paulo: Escuta, 2017.

HOLANDA, A. Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista. **Estudos de Psicologia.** Campinas, v. 14, n. 2, p. 33-46, 1997.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica.** Portugal, v. 3, n. 24, p. 363-372, 2006.

HUSSERL, E. A ingenuidade da ciência. **scientiæzudia**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 659-67, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v7n4/a08v7n4.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017

JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fábio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (Orgs). Rio de Janeiro: UERJ – NAPE. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1999. p. 5-6. Disponível em: www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?...ClioPsyche...psicologia_Brasil.pdf...pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

JACÓ VILELA, A. M. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, vol. 32, p. 28-43, 2012.

JONCKEERE, P. (1989). Disparité et convergences. Esquisses des rapports historiques entre phénoménologie, analyse existentielle et psychiatrie. In Paul Jonckeeere (Ed.), **Phénoménologie et Analyse Existentielle** (pp. 11-13). Bruxelles: De Boeck-Wesmael.

LESSA, J. M. **A clínica como exercício ético dos encontros afetivos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2006.

LESSA, J. M. **Curso de Análise Existencial**: princípios fundamentais de uma prática psicoterápica com bases fenomenológico-existenciais. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2011.

LISBOA, F. S; GONÇALVES, A. J. B. Formação em Psicologia no Brasil: Um Perfil dos Cursos de Graduação. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009.

LOURENÇO. F. A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. **Arq. bras. Psic. Apl. Rio de Janeiro**, v. 23, n. 3, p. 143-151, 1971.

MASSIMI, M. **História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990

MASSIMI, M. A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das ideias psicológicas. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001.

MASSIMI, M. Estudos históricos acerca da psicologia brasileira. In FREITAS, RH., org. História da psicologia: **pesquisa, formação, ensino** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 69-83, 2008.

MATTAR, C. M; SÁ, R. N. Os sentidos de “análise” e “analítica” no pensamento de Heidegger e suas implicações para a psicoterapia. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 191-203, 2008.

MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C; NEVES, E. O. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

PESSOTTI, I. Notas para uma história da psicologia brasileira. Em: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** p.17-31. São Paulo: Edicon, 1988.

PEREIRA, F. M. P; PEREIRA NETO, A. O psicólogo no Brasil: notas sobre o seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

SÁ, R. A psicoterapia e a questão da técnica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 54 n. 4, p. 348-362, 2002.

SÁ, R. N. As contribuições de Dilthey para uma fundamentação hermenêutica das ciências humanas. **Ciências Naturais versus Ciências Humanas: encontros e desencontros**, Rio de Janeiro, p. 38-43, 2009.

SÁ, R.N; BARRETO, C.L.B.T. A noção fenomenológica de existência e as práticas psicológicas clínicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 389-394, 2011.

SCHNEIDER, D. R. **Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica** - um estudo a partir da obra “Saint Genet: comédien et martyr” de Jean-Paul Sartre. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2002

SEBASTIANI, W. R; MAIA, C. M. E. Contribuições da psicologia da saúde–hospitalar na atenção ao paciente cirúrgico. **Acta cirúrgica brasileira**, v. 20, supl. 1, p. 50-55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/acb/v20s1/25568.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**. São Paulo. 30 (núm. esp.), p. 8-41, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca13.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SPINOZA, B. **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

O IMPARCIAL: João Mohana 70 anos, São Luís, 15 jun. 1995. Edição **Especial e Comemorativa**.

OLIVEIRA, B. A. S. **Tonalidade afetiva e compreensão de si segundo a analítica existencial de Martin Heidegger**. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

SPINK, M. J. P. **Psicologia Social e Saúde**. São Paulo: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, R. T. Repensando a Psicologia Clínica. **Paidéia**. fev/ago, p. 51-62, 1997.

TEIXEIRA, J. A. C. Introdução à psicoterapia existencial. **Análise Psicológica**. Portugal, v. 3, n. 24, p. 289-309, 2006.

TENORIO, C. M. D. A psicopatologia e o diagnóstico numa abordagem fenomenológica–existencial. **Universitas Ciências da Saúde**. Brasília. v. 01, n.01, p. 31-44, 2003.

TONETTO, A. M; GOMES, W. B. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. **Estudos de Psicologia**, n. 24, v. 1, p 89-98. jan.-mar. 2007.

VILLEGAS, M. (1988). Hermenêutica fenomenológica del discurso psicoterapeutico. Comunicação no I **Congresso Mundial de Fenomenologia**, Santiago de Compostela.

YAMAMOTO, O. H; COSTA, A. L. F; SEIXAS, P. S; AMORIM, K. M. O. Um balanço (provisório) dos estudos sobre a profissão. In **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila F. (Orgs.). Natal: EDUFRN, 2010. p. 99-102.

